

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Juventude aposta em agroecologia como modelo de produção nos territórios da Reforma Agrária. Site do MST, 01/11/2016.....	5
Educação no campo é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa Gaúcha. Site da FETRAF, 01/11/2016	6
MST desenvolve projeto de hortas agroecológicas em escolas de Maricá, no RJ. Fania Rodrigues. Site do MST, 02/11/2016.	8
Os desafios da agroecologia desde dentro. Site do MST, 03/11/2016.....	9
Programa de habitação influencia melhor produção na agricultura familiar. Site da FETRAF, 03/11/2016	11
Ativistas ambientais permanecem firmes enquanto oleoduto DAPL se aproxima do Rio Missouri. Carta Maior, 03/11/2016.	13
Amazônia tem espaço para criar 240 milhões de cabeças de gado sem desmatamento. Site da ABAG, 04/11/2016.....	15
Educação Ambiental ganha força no Ibama. Letícia Verdi. Site do MMA, 07/11/2016.	18
Acordo climático priorizará povos vulneráveis. Lucas Tolentino. Site do MMA, 07/11/2016.....	19
Governo debate fortalecimento extrativista. Marcelo Saad. Site do MMA, 08/11/2016.	21
Educação ambiental será reestruturada no Ibama. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 08/11/2016.....	23
Habitação chega para agricultores familiares em MS. Site da FETRAF, 08/11/2016	24
Desmatamento na Amazônia pode voltar a cair. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 09/11/2016.....	25
Agroextrativismo reestrutura plano para 2017. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 10/11/2016.....	26
Brasil apresenta moratória da soja ao mundo. lucas Tolentino. Site do MMA, 10/11/2016.....	27
CONTRAF BRASIL busca parceria com Asbraer para avançar na assistência técnica e extensão rural. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 10/11/2016	29
Na BA, 90% da produção de cacau vem da agricultura familiar, diz governo estadual. Camila Turtelli e Letícia Pakulski. O Estado de São Paulo, 10/11/2016.	30
Incra e Governo de Mato Grosso do Sul firmam parceria para desenvolvimento de assentamentos. Site do INCRA, 11/11/2016.....	31
Entrevista: “Modelo agroecológico cubano poderia salvar o mundo”. marion Deschamps. Site do MST, 13/11/2016.	33

MATOPIBA: Agronegócio é o vilão do meio ambiente e da produção com sustentabilidade. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 16/11/2016.....	35
Encontro debate água e educação ambiental. Letícia Verdi. Site do MMA, 17/11/2016.	37
Clima: povos da Amazônia serão prioridade. Lucas Tolentino. Site do MMA, 17/11/2016.....	38
Empresas explicam relatórios de sustentabilidade. Letícia Verdi. Site do MMA, 17/11/2016.....	40
Agricultura sustentável e energia renovável do Brasil são exemplos, diz Maggi. Site do MAPA, 17/11/2016.	41
Cultivo de árvore na propriedade rural é positivo para o produtor e para o meio ambiente. Site do CNA, 17/11/2016.....	42
Agroecologia é tema de Encontro de Idosos(as) Rurais em Alagoas. Site da CONTAG, 21/11/2016.....	44
PARÁ: Cadeia da sociobiodiversidade em debate. Site da CONAB, 21/11/2016. ...	45
III Módulo do Curso Estadual de Formação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Acre (ENFOC - ACRE). Site da CONTAG, 21/11/2016.	47
Mapa disponibiliza tecnologia para cultivo de orgânicos. Site do MAPA, 22/11/2016.	48
Educadores ambientais se reúnem em Brasília. Waleska Barbosa. Site do MMA, 22/11/2016.....	48
Governo discute projeto contra poluentes. Lucas Tolentino. Site do MMA, 22/11/2016.	49
Alternativa para viabilizar aterros sanitários. Renata Leite. Site do MMA, 22/11/2016.....	51
Ministro defende fortalecimento do FNMA. Paulenir Constâncio e Letícia Verdi. Site do MMA, 23/11/2016.....	52
Sem Terra inauguram escola e iniciam atividades com Curso Técnico em Agroecologia. Site do MST, 23/11/2016.	54
Estados reforçam educação ambiental. Renata Meliga. Site do MMA, 24/11/2016. 55	
Cuiabá sediará o maior evento de agroecologia do estado. Site da CPT, 25/11/2016	57
Ministério discute combate ao desmatamento. Eliana Lucena. Site do MMA, 25/11/2016.....	58
Sagi discute indicadores de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Site do MDSA, 25/11/2016.....	59
AMAZONAS: Conab busca apoio para fortalecer cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Site da CONAB, 25/11/2016.	61

Conab apresenta resultados de ações da sociobiodiversidade em evento das Nações Unidas. Site da CONAB, 28/11/2016.	62
MARANHÃO: Feira promove agricultura familiar. Site da CONAB, 29/11/2016.	62
Cadastro Ambiental Rural fica mais transparente. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 30/11/2016.	63

Juventude aposta em agroecologia como modelo de produção nos territórios da Reforma Agrária. Site do MST, 01/11/2016.

Uma iniciativa que tem como objetivos, discutir os problemas enfrentados pela juventude camponesa, debater ideias e lutar por direitos

Em outubro de 2015, nascia nos assentamentos de Pitimbu, litoral sul da Paraíba, o Coletivo de Jovens Semente Nativa. Uma iniciativa criada a partir das conferências territoriais que tem como objetivos, discutir os problemas enfrentados pela juventude camponesa, debater ideias e lutar por direitos.

Já em 2007, os assentados da região aprovaram e executaram ações do Projeto “Preservar e Produzir: uma possibilidade real”, com recursos da Serviço da Pastoral do Migrante (SPM) para a juventude rural. Porém, ao longo dos últimos anos, com o surgimento de novas demandas, suas ações foram reduzidas.

Coletivo de Jovens Sementes Nativa

O Semente Nativa reúne jovens de 5 assentamentos do município, criados a partir das ações da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do MST, ao longo dos anos 1980 e 1990 na região. Em suas ações, o coletivo busca promover o desenvolvimento intelectual dos jovens camponeses para a luta social e a ocupação de espaços de decisão em seu território, que sofre os impactos sociais e ambientais da especulação imobiliária, a mineração de empresas do ramo cimenteiro, monoculturas de cana-de-açúcar e o amplo uso de agrotóxicos.

O Coletivo compreende que “de Sem Terra à assentados, a marginalização continua”, como afirma uma das integrantes, Suelis Fidelis. E ao escolher como seu símbolo o Jatobá, planta nativa da região quase extinta para dar lugar aos latifúndios de cana-de-açúcar, o grupo sinaliza a aposta na agroecologia como modelo de produção nos territórios da reforma agrária.

Agroecologia e transformação social

Em 2016, a retomada das atividades no viveiro de mudas, foi possível devido à aprovação do projeto “Agroecologie et transformation sociale” (Agroecologia e Transformação Social), pela Universidade de Paris 8, que vem sendo executado pelo Coletivo Sementes Nativa, conjuntamente com a Coopervida (Cooperativa Agrícola Mista dos Agricultores do Assentamento Nova Vida), os Coletivos de Educação e Formação do MST e o curso de Residência Agrária Jovem (parceria entre PRONERA e UFPB) “Juventude Rural, fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo paraibano”.

A participação das assentadas e dos assentados é fundamental nesse processo de formação. Para tanto, o projeto possibilita a realização de atividades de educação para a agroecologia, organização de viveiro de mudas, mutirões de limpeza, exibição de filmes e debates, estudos coletivos e a campanha de prevenção e Promoção da Saúde.

As ações do “Agroecologia e transformação social” também fortalece a Jornada Cultural Nacional Alimentação Saudável: um direito de todos e todas, lançada pelo MST em novembro de 2015 e que tem despertado a consciência agroecológica adormecida, imprescindível para a reforma Agrária Popular.

Educação no campo é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa Gaúcha. Site da FETRAF, 01/11/2016

Os representantes da comunidade escolar denunciam o sucateamento das unidades educacionais, o fechamento de bibliotecas e a adoção do sistema de enturmação nos locais em que há poucos estudantes.

A situação das escolas de campo no Rio Grande do Sul foi debatida na tarde desta segunda-feira (31) na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A Fetraf-RS participou da atividade, promovida pelos deputados Zé Nunes e Adão Villaverde. A Audiência reuniu centenas de alunos, professores, pais e lideranças políticas de dezenas de municípios gaúchos, que lotaram o Plenarinho, o Espaço Convergência e a sala Salzano Vieira da Cunha. Os representantes da comunidade escolar denunciam o sucateamento das unidades educacionais, o fechamento de bibliotecas e a adoção do sistema de enturmação nos locais em que há poucos estudantes.

A rede estadual de ensino tem 657 escolas de campo, que abrigam 57.544 alunos. Segundo participantes da audiência, a maior parte delas sofre com a redução de pessoal, corte de recursos, problemas em suas instalações físicas e rotatividade de professores e funcionários. “Estamos assistindo ao extermínio do ensino voltado à população rural. A realocação dos estudantes está esvaziando a zona rural e sobrecarregando as escolas urbanas”, resumiu a professora Glória Terra, de Santo Antônio da Patrulha, município que tem 17 escolas de campo de um total de 23.

Para ela, o Poder Público está deixando de lado as escolas do campo, “como se elas não fizessem parte do mesmo sistema educacional, e as crianças que lá estudam não tivessem os mesmos direitos do que aquelas que estudam na cidade”.

O deputado Zé Nunes defendeu a necessidade de construir um ambiente para que a zona rural seja uma alternativa para os jovens. “Precisamos manter os jovens no campo, oferecendo nas escolas de lá tudo o que há nas escolas urbanas”, pontuou.

Autor da Lei 14.278/2013, que cria a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional, o deputado Altemir Tortelli afirmou que é impossível pensar o futuro do meio rural sem fortalecer as escolas de campo. “A educação é fundamental para a compreensão da profissão de agricultor familiar como alavanca para o desenvolvimento da sociedade e do País”, frisou.

Segundo ele, a luta em defesa da Educação no Meio Rural precisa avançar além das questões emergenciais decorrentes do descaso e da falta de investimento do Governo Sartori, como o fechamento das escolas, as enturmações e multisseriações.

“Precisamos pensar qual a pedagogia que vamos utilizar para que nossas crianças, filhos e filhas de agricultores, possam se reapaixonar pela função de produzir alimentos, compreendendo a relevância dessa profissão, que é uma das mais importantes e fundamentais para o desenvolvimento de nossa nação”, argumentou Tortelli. “Precisamos resistir ao desmonte que está ocorrendo no RS e, ao mesmo tempo, formular um grande projeto que proponha o desenvolvimento efetivo das escolas do meio rural”, explicou.

A presidente do Cepers-Sindicato, Helenir Aguiar Schurer, afirmou que, embora as escolas de campo representem um instrumento para manter os jovens na zona rural, há

um processo de desmonte destes espaços e de retirada de direitos dos estudantes, representada, especialmente, pela enturmação.

**MST desenvolve projeto de hortas agroecológicas em escolas de Maricá, no RJ.
Fania Rodrigues. Site do MST, 02/11/2016.**

Município mostra que é possível realizar produção agroecológica também na cidade

O cultivo de verduras e hortaliças sem veneno já é realidade em seis escolas públicas de Maricá, na região dos Lagos, no interior do Rio de Janeiro. Os alunos começaram a plantar hortas agroecológicas em março desse ano. A iniciativa faz parte do Programa Maricá Popular: construindo a soberania alimentar, desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com a prefeitura da cidade, administrada por Washington Quáquá (PT).

Estudantes da Escola Municipal Dirce Marinho Gomes já aprenderam a cuidar da horta. “Essa parceria com o MST está sendo muito importante para a nossa escola, os alunos ficaram encantados com a possibilidade de aprender a trabalhar na terra. Além disso, a gente pode trabalhar muitas formas de aprendizagem nesse espaço, como aulas de biologia, matemática e até português”, explica a diretora Carina de Souza Moura.

Um dos entusiastas do projeto, o professor Lacerda, que já trabalhava com temas ambientais nas escolas municipais, ganhou um incentivo a mais para continuar ensinando a importância da agricultura urbana para as crianças. “Tenho uma kombi onde ofereço aulas itinerantes de educação ambiental para as escolas. Ensinava sobre o solo, as sementes e como plantar. Agora, com esse projeto da agroecologia todos nós estamos aprendendo muito”, conta o professor.

A equipe de campo do MST, organizada através da cooperativa Cooperar, é formada por um agrônomo, uma técnica de agroindústria e dois técnicos em agroecologia. Eles estão em Maricá ensinando professores e alunos a plantar e cuidar das hortas.

“Primeiro a gente começa com uma palestra para explicar a importância de produzir alimentos e, sobretudo, alimentos sem veneno”, explica Talles Reis, integrante do MST e do Programa Maricá Popular. Em uma segunda etapa, os técnicos e o agrônomo

demarcam o terreno, começam a trabalhar na terra e os alunos já podem botar a mão na massa. A prefeitura de Maricá também tem a intenção de incluir a prática da agroecologia no currículo escolar da rede municipal de educação.

Além disso, o projeto também se estende ao Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), onde pessoas que se recuperam de dependência química estão aprendendo a fazer hortas agroecológicas. “Nesse caso o trabalho na horta vai além da produção de alimentos saudáveis, pois também serve como exercício de terapia para as pessoas que estão em tratamento”, afirma Talles Reis.

Soberania alimentar

Outra iniciativa que também faz parte do Programa Maricá Popular é a horta comunitária de dois hectares que será criada na cidade para plantio de uma quantidade maior de verduras e hortaliças. A proposta é que esses alimentos sejam distribuídos a escolas, creches e hospitais do município.

Todas essas iniciativas fazem parte de algo maior, segundo Talles Reis. A ideia é que no futuro as famílias tenham sua própria horta agroecologia em casa. “Estamos ensinando as crianças e os adolescentes com a esperança que esse conhecimento se multiplique e que esses estudantes possam levar para casa o que aprenderam na escola”.

O MST é um movimento que luta pela reforma agrária e a distribuição justa de terras e ao longo dos anos acumulou experiência em relação às técnicas de plantio e cultivo sem uso de agrotóxico. Inclusive o movimento tem sua própria produção de sementes. “Isso é necessário porque quando compramos sementes nas lojas e mercados elas já vêm contaminadas, cheias de veneno”, explica Talles.

Atualmente as sementes agroecológicas plantadas nas escolas de Maricá vem de uma cooperativa do MST no Rio Grande do Sul, mas o objetivo é que a cidade também tenha sua própria produção de sementes para abastecer o projeto.

Os desafios da agroecologia desde dentro. Site do MST, 03/11/2016.

Integrantes de diversos movimentos sociais da América Latina se reúnem na ELAA, no município da Lapa (PR), para discutir os desafios da agroecologia

Patriarcado, empoderamento das mulheres, divisão sexual do trabalho. Produção, distribuição, cooperativismo. Culturas tradicionais, diálogo de saberes e buen vivir. Sementes crioulas, soberania alimentar, saúde na mesa. Juventude, autoestima camponesa, integração das lutas sociais. Organização popular, transição agroecológica e reforma agrária. Teoria, prática e práxis. Resistência e revolução.

Esses foram alguns dos desafios da agroecologia levantados por integrantes de diversos movimentos sociais da América Latina, no Seminário de 11 anos da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no município da Lapa, no Paraná.

Os participantes se reuniram em grupos e depois compartilharam a síntese dos debates. O ponto de partida foi a realidade de cada um. Honório compartilhou a experiência da cooperativa Terra Livre, do Assentamento Contestado, em que a produção dos agricultores locais é escoada por meio de convênios com o Estado, que distribui esses alimentos para escolas, creches e hospitais. Ele conta que a cooperativa só trabalha com agricultores que possuem certificação orgânica, mas entende que é preciso buscar outras formas de distribuição para garantir a autonomia da cooperativa.

Para enfrentar esse desafio, a cooperativa está construindo uma estratégia para venda de cestas de alimentos em Curitiba e algumas feiras, que já foram realizadas em paróquias da cidade. “A receptividade foi bem grande”, afirma Honório.

Já Maria Arlete, da comunidade quilombola de Palmas (PR), fala da importância da valorização dos saberes tradicionais, “que não quer dizer voltar ao passado”, esclarece. Ela lembra que esses saberes relacionados à agricultura, às ervas medicinais, aos ciclos naturais e ao convívio social como um todo já foram tombados como patrimônio histórico – cabe a nós reconhecer, aplicar e disseminar esse arcabouço cultural. Para isso é importante incluir essa temática na educação escolar, como é feito nas duas escolas estaduais em comunidades quilombolas no Paraná.

Companheiras e companheiros internacionalistas trouxeram a experiência de seus países. Ernesto, do Instituto de Agroecologia Latino Americano Paulo Freire, da Venezuela, conta que grande parte dos egressos se afasta dos movimentos em sua trajetória profissional. Ele defende que para mudar isso é preciso contar com professores que contribuam com formação política e social. “Conhecimento técnico é fácil achar quem

tenha, é preciso ir além”, entende. Uma solução seria criar uma rede para que os egressos contribuam com formação nas bases.

Paola, do Movimento Campesino da Argentina, relata que a escola de agroecologia de lá não foi reconhecida como ensino formal pelo Ministério da Educação, mas como não-formal. “Foi um grande debate dentro do movimento se queríamos ou não o reconhecimento oficial”, problematiza a militante. Ela também aponta para a necessidade de recuperar a autoestima do camponês, pois tudo que vem do campo é rotulado como atrasado. Paola acredita que a importância da origem e da qualidade do que comemos pode auxiliar nesse processo de valorização do campo.

Baseada na vivência das lutas camponesas do Chile, Isabel Armijo, militante da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), ressalta o reconhecimento a ser feito dos saberes detidos pelas mulheres, que contribuem na construção da agroecologia, principalmente no que se refere à alimentação das próprias famílias, e pouco são valorizadas por isso.

Outra importante questão que Isabel lembra é o direito às sementes crioulas, que já estão sendo patenteadas pelas transnacionais no país e colocando em risco a livre reprodução dessas sementes que são, antes de tudo, patrimônio da humanidade.

Tendo em vista esse panorama de desafios, percebemos a grandeza das transformações que os movimentos sociais do campo se propõem ao adotar a agroecologia como bandeira de luta. A agroecologia é um novo modo de vida e para vivê-la é necessário romper com antigos paradigmas e seguir com passos firmes rumo a um mundo melhor, o que exige muita coragem. A força das companheiras e companheiros que ousam encarar essa batalha irradia e dá esperança para seguirmos, juntos, na luta.

Programa de habitação influencia melhor produção na agricultura familiar. Site da FETRAF, 03/11/2016

Programa de Habitação cumpre a moradia como direito fundamental - lei reconhecida na Constituição de 88, no Art.6º.

Os programas federais de habitação rural têm ajudado muitas famílias a viverem no campo com mais dignidade. A prova disso, são as diversas famílias beneficiárias do

Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que dividem sua terra entre a moradia e o trabalho da lavoura.

A política de habitação, que deu sequência com o Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), ganhou muitos avanços nos últimos anos e os resultados promoveram qualidade de vida, autoestima e fortaleceu a agricultura familiar em aumento de produção, qualidade de alimentos e participação na comercialização de produtos a nível estadual e nacional.

Para os movimentos do campo, como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetraf-SC), os programas são estratégicos para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. “Estamos em processo de finalização das últimas unidades contratadas. Estamos executando a moradia de 24 beneficiários. Nas visitas, percebemos o quanto a habitação rural muda a vida do agricultor”, comenta Marcos Rozar, coordenador da Fetraf-SC.

Moradia como direito fundamental - um direito reconhecido na Constituição de 88, no Art.6º

No município de Alfredo Wagner, o provérbio é diferente ‘filho de agricultor, bom agricultor é’! Aqui, as gerações trabalham juntas e moram perto. Isso foi possível porque as famílias tiveram ajuda do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que proporcionou, a eles, viverem no mesmo local que plantam e colhem.

Os frutos desse programa alavancaram a agricultura familiar de toda a região. O exemplo, é da família Bauer. Pai e filho, são beneficiários do PNCF e PNHR. Hoje vivem na propriedade que plantam cebola, couve-flor, brócolis, alface, repolho. Com as vidas transformadas para melhor, eles mostram a diferença do antes e do depois.

“Quando chegamos aqui não tinha nada! Hoje você olha para essa plantação e não tem como não ficar feliz! Moramos aqui e tudo isso foi possível por meio do programa”, comenta Itivone Martins Bauer.

Há poucos quilômetros, outra família, também beneficiária do PNHR, aguarda o sonho da casa ser concretizado. Em Rio Engano, Marciano Silva e Cleunice Kuster adquiriram uma propriedade de 6ha pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2009, e em breve estarão com a sua moradia concluída no mesmo lote, por meio do PNHR.

A casa, está na etapa da fundação e foi a última casa contratada, por meio da Fetraf SC, entidade executora. “No começo foi bem difícil! Para nós que trabalhamos com agricultura familiar o ideal é viver no mesmo lugar que plantamos. Hoje está mais tranquilo”, conta Cleunice Kuster.

Como a agricultura familiar em Alfredo Wagner é passada de pai para filho, não é difícil encontrar a juventude no campo. Na localidade de Santa Bárbara, Eduardo Silveira, de 25 anos, e sua esposa Sabrina, de 23 anos, são filhos de agricultores, e são beneficiários do PNCF como também do PNHR.

Agora, eles fazem parte das estatísticas de pessoas que melhoraram de vida após acessarem os programas de acesso à terra e a moradia digna no campo. Cultivam cebola, repolho, beterraba, pêsego e outras frutíferas e hortaliças. “A casa chegou para completar o bem-estar”, conta Eduardo. A propriedade e casa, fica próximo à toda família, onde moram ao lado pais e irmãos.

Em Alfredo Wanger 70% de toda população é agricultora familiar e os programas ajudaram a cidade se desenvolver socioeconomicamente. Atualmente, a Fetraf SC, tem entre as pautas de reivindicação de políticas públicas para a região, a continuidade dos programas de habitação, para que as famílias continuem a gerar riqueza para o município, que consegue gerar um PIB (Produto Interno Bruto), de R\$ 16.671,8.

Ativistas ambientais permanecem firmes enquanto oleoduto DAPL se aproxima do Rio Missouri. Carta Maior, 03/11/2016.

Em meio a ameaças constantes e a construção do oleoduto, ativistas ambientais indígenas prometem continuar lutando contra o oleoduto Dakota Access

Enquanto a construção do oleoduto Dakota Access rapidamente se aproxima do Rio Missouri, a tribo Standing Rock Sioux e aliados estão prometendo continuar com sua resistência contra o duto – mesmo com as prisões violentas e tratamento desumano aplicados pela polícia, e ameaças contínuas do governo e de forças da indústria.

“Não sobrou muita terra entre a água e o equipamento”, disse Cheryl Angel, membro da tribo Sicangu Lakota que ajudou a criar o acampamento de protesto Sacred Stone, ao The Guardian.

O jornal relata:

“Eles estão logo ali. Entraram em nossa terra sagrada. Não há tempo para esperar”, disse a moça de 56 anos, com lágrimas nos olhos ao apontar para a água e o duto que se aproxima. “Está quase completo. Tudo o que precisam fazer é ir por baixo daquele rio.”

Não é claro quando a fase final da construção pode terminar, mas ativistas nativos, no domingo, disseram que o projeto estava apenas a alguns quilômetros da água e que a equipe de construção parecia estar trabalhando em um ritmo rápido. A porção do duto de 1.172 quilômetros que fica na Dakota do Norte estava originalmente agendado para ser concluído em novembro.

E mesmo enquanto apoiadores protestam em solidariedade ao redor do mundo, e os analistas de direitos humanos vão até a área para observar a polícia, os ativistas ambientais indígenas ainda se encontram constantemente de guarda contra forças hostis.

De fato, nessa semana ocorreram duas situações assustadoras, um misterioso incêndio perto do acampamento e também uma filmagem de um técnico de segurança armado da Dakota Access que estava infiltrado entre os ativistas durante os conflitos da semana passada com a polícia.

Todos os sinais apontam que a companhia do oleoduto poderia ter conexão com ambas as ameaças, disse o organizador da Rede Ambiental de Indígenas, Dallas Goldtooth.

O DemocracyNow! compartilhou as imagens, filmadas durante as prisões da última quinta-feira e o desmonte violento do acampamento de protesto, que mostra um técnico de segurança da Dakota Access segurando um rifle de assalto AR-15 e usando uma bandana vermelha sobre o rosto, apontando sua arma para os ativistas que estavam tentando acalmar a situação. O técnico, que tinha um cartão de identidade da DAPL e cujo seguro do caminhão havia sido feito pela DAPL, estava aparentemente tentando infiltrar o acampamento.

O homem foi preso por policiais do Bureau de Relações Indígenas e foi entregue ao FBI.

“É bem horripilante saber que o DAPL tem infiltrados em nosso acampamento”, disse Goldtooth ao DemocracyNow! “Eles estão pagando pessoas como essa, armadas, para criar situações de conflito, bem perigosas. Não sabemos quais poderiam ter sido suas

acusações. Ele poderia ter atirado na polícia, criando uma situação na qual a polícia acredita que estivesse vindo dos ativistas, quando não estava”.

O noticiário também reportou sobre um incêndio que ocorreu sábado a noite, ao qual serviços de emergência se recusaram atender, segundo relatos – mesmo com ligações repetidas à polícia feita pelos ativistas.

“O que é mais preocupante para mim é isso”, explicou Goldtooth:

A desculpa que usaram para irem contra o acampamento era para eles quebrarem a barricada que montamos, para que os serviços de emergência chegassem [...] no nosso acampamento principal. A razão deles para usarem balas de borracha e spray de pimenta e granadas nos nossos ativistas era para terem acesso para fornecerem serviços de emergência, como ambulâncias, bombeiros, se fosse necessário, no nosso acampamento principal. Então porque, alguns dias depois, quando um incêndio realmente aconteceu, o departamento do Cherife de Morton County ignorou ligações e pedidos de ajuda e não enviou ambulâncias ou bombeiros ao local que disseram que precisavam ir?

Veja a reportagem completa aqui:

Outras filmagens do dia dos conflitos mostram outro homem “em um casaco branco, jeans e um rabo de cavalo preto empurrando protestantes até uma linha de policiais”, de acordo com o Los Angeles Times.

Mesmo com a sensação de ameaças constantes e ainda cambaleando das prisões em massa, os ativistas realizaram uma marcha pacífica e um círculo de orações no sábado em uma ponte que os policiais haviam fechado, demonstrando seu comprometimento com à causa e com protestos pacíficos.

A luta está longe de acabar”, disse Kandi Mossett da Rede Ambiental de Indígenas ao LA Times. “É muito difícil para nós continuarmos rezando e fazendo cerimônias quando eles usam violência contra nós. Mas seremos como rochas”.

Amazônia tem espaço para criar 240 milhões de cabeças de gado sem desmatamento. Site da ABAG, 04/11/2016.

Usando técnicas de criação sustentável e sem aumentar a área de pastagem, o rebanho bovino da Amazônia chegaria a 240 milhões de cabeças, de acordo com Francisco Beduschi, presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS). “Das 80 milhões de cabeças de gado criado no bioma amazônico, é possível aumentar o rebanho em até três vezes sem fazer desmatamento”, segundo o dirigente. A produção de carne sustentável vem ganhando a adesão de empresas escala em frigoríficos como a Minerva, apoiados pela adesão de redes como o McDonald’s, que já inclui o produto no cardápio, e grandes supermercadistas.

Em setembro, a rede de fast food McDonald’s comprou 250 toneladas de carne sustentável e tem como meta aumentar gradualmente a participação dessa proteína na produção de sanduíches. “O Walmart e o Carrefour já comercializam a carne, e o Pão de Açúcar estuda formas de colocar o produto em suas lojas”, acrescenta Beduschi.

O bioma amazônico é formado pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. Segundo Beduschi, no Mato Grosso se concentra a maior parte do rebanho bovino nacional, cerca de 29 milhões de cabeças que representam 16% do total de 180 milhões. Como a taxa de ocupação de gado no bioma é de 1,4 cabeça por hectare, o potencial de criação é de três vezes mais aproveitando os espaços abertos pela pecuária.

O GTPS é uma associação formada por grandes representantes da cadeia pecuária bovina, como produtores, indústrias, varejistas e fornecedores. Em novembro, o grupo vai participar da próxima cúpula do clima (COP 22) no Marrocos para reforçar o papel da pecuária sustentável como fonte de apoio ao cumprimento da meta de redução de gases poluentes. O grupo tem estudos recentes que mostram que é possível reduzir de 70% a 90% de emissões por quilo de carne produzida aplicando práticas sustentáveis. “Isso diminuiria as emissões de 120 quilos de CO₂ para cerca de 40 quilos”, pontua Beduschi.

O frigorífico Minerva Foods aplica políticas de pecuária sustentável desde 2010, quando começou a participar do Compromisso Público da Pecuária – acordo que envolve princípios de respeito socioambiental na produção. Algumas das práticas são a compra de carne de áreas não desmatadas e o incentivo ao uso de tecnologia na produção. Critérios de responsabilidade socioambiental são determinantes na compra de gado, o que faz com que os pecuaristas cadastrados na companhia passem por verificação a cada negociação, segundo a empresa.

Uma plataforma de monitoramento usada na cadeia de suprimentos permitiu o monitoramento de 1,9 milhão de cabeças de gado do frigorífico em todo o país, e mais de 5,7 milhões de hectares onde o rebanho é criado na Amazônia em 2015. Além de monitorar a conversão de uso do solo, a Minerva usa a tecnologia para auxiliar os programas da empresa que fomentam o aumento da taxa de ocupação do gado, promovendo uma cadeia de valor mais eficiente.

As informações geradas permitiram o levantamento da quantidade e tipo de gado de cada região, direcionando a compra de acordo com o potencial de desenvolvimento do rebanho. Diariamente, a Minerva compra mais de seis mil animais monitorados. “Isso representa economia capital, uma vez que a matéria-prima equivale de 75% a 85% dos custos do produto final. Ademais, os custos de logística são mitigados pelo melhor gerenciamento da rota a ser utilizada”, de acordo com Taciano Custodio, gerente executivo de sustentabilidade da Minerva Foods.

A Minerva é uma das empresas inscritas no Prêmio ECO de 2016. Outra empresa que concorre ao ECO é a Pecuária da Amazônia (Pecsa), que gerencia projetos agropecuários sustentáveis. Para Laurent Micol, diretor de governança e investimentos da Pecsa, a tendência é que a criação de gado seja feita em espaços já abertos na Amazônia para evitar impactos ambientais maiores.

Aplicando tecnologias de captação de água e redistribuição de pastagens na Amazônia, o gado se movimenta menos e engorda mais rápido comendo o capim abundante da região, segundo Micol. “O gado cresce com ótima qualidade e ganha peso ideal para abate em dois anos, com carne mais macia. Usando técnicas tradicionais, ele demora de quatro a cinco anos e a carne fica mais dura.”

Na pecuária convencional, o gado anda até encontrar água e gera mais impacto ambiental, acrescenta Micol. “Isso gera efeitos no solo, que é pisoteado e expõe os nutrientes, diminuindo o seu potencial agrícola. Além disso, ao beber a água dos rios, ele come a vegetação ciliar do entorno e produz excrementos que sujam o recurso”, compara.

A fabricante de produtos agropecuários Korin cria bovinos de forma sustentável na região do Pantanal. “Produzimos a carne de forma extensiva. Não confinamos o boi”, disse Reginaldo Morikawa, diretor superintendente da Korin. De acordo com o executivo, a carne produzida no Pantanal é feita sem agredir o meio ambiente. “No Pantanal, o boi é

considerado um bombeiro da região. Porque ele come o capim em excesso que cresce depois das cheias e evita queimadas na época de seca”, detalha.

Outra vantagem da criação no Pantanal apontada pela Korin é que a sazonalidade entre seca e cheia permite a alimentação do gado e adubação de terras, o que tira qualquer necessidade de adicionar adubos químicos e orgânicos ao solo. Em 2013 e 2012, a Korin venceu o Prêmio ECO com projetos de agropecuária sustentável.

Para Beduschi, a pecuária feita de modo sustentável é a melhor forma de se desenvolver na Amazônia. “Essa atividade já se instalou na região. O que queremos é que ela se desenvolva de forma sustentável. E fazendo a intensificação sustentável da produção, podemos liberar terras para a expansão agrícola.”

Educação Ambiental ganha força no Ibama. Letícia Verdi. Site do MMA, 07/11/2016.

Durante três dias, representantes de 12 superintendências debatem diretrizes para institucionalizar o processo de formação no órgão.

Começou nesta segunda-feira (07/11), em Brasília, o Encontro de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), instituição vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com o objetivo de propiciar um espaço de diálogo entre os servidores, debater experiências e redefinir, de forma participativa, as diretrizes da política de Educação Ambiental do Ibama, o encontro vai até quarta-feira (09/11).

Segundo a diretora de Educação Ambiental do MMA, Renata Maranhão, esse encontro faz parte de um processo de reinstitucionalização da educação ambiental no Ibama. “É fundamental trabalharmos juntos, MMA e vinculadas, tanto na elaboração de diretrizes quanto na execução da política. O Ibama tem uma capilaridade nos estados que é fundamental para o sucesso dessa política”, destaca. “A maior expectativa dos participantes é que o Ibama tenha diretrizes claras e um *locus* responsável pela educação ambiental, visando a promoção de uma ação coordenada e estruturante entre suas diretorias e superintendências””, conta Renata.

O encontro contou com apresentação do consultor em educação ambiental Carlos Frederico Loureiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “É

preciso pensar a educação ambiental como processo estruturante do órgão ambiental e não como processo secundário. É muito mais do que informar, passar determinado conhecimento. Trata-se de formar e qualificar cidadãos que tenham capacidade de intervir na agenda pública”, ressalta o professor.

Participam do encontro em Brasília 12 superintendências, de 11 estados (Acre, Roraima, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), além do Distrito Federal.

A programação continua nesta terça-feira (8/11), com mesas de diálogos sobre pesquisas e o papel da educação ambiental no Ibama e no MMA. Às 11h30, a presidente do Ibama, Suely Araújo, assina portaria que cria o Comitê Intersetorial Permanente em Educação Ambiental (CIPEA). Em seguida, os participantes se reúnem em grupos para trocar experiências e debater as diretrizes da área no Ibama, divididos por temas (licenciamento ambiental, fiscalização, uso sustentável, biodiversidade, entre outros).

“A meta é tirarmos daqui os subsídios para definir a educação ambiental dentro do Ibama e transformar isso num instrumento formal, uma portaria ou instrução normativa”, afirma a assessora da presidência do Ibama Hanry Coelho.

Acordo climático priorizará povos vulneráveis. Lucas Tolentino. Site do MMA, 07/11/2016.

Na abertura da COP 22, no Marrocos, líderes mundiais defendem medidas para populações de áreas mais afetadas pelo aquecimento do planeta.

Mais de 190 países definirão nas próximas duas semanas os detalhes do acordo mundial que tem como desafio frear o aquecimento do planeta. A 22ª Conferência das Partes (COP 22) sobre mudança do clima começou nesta segunda-feira (07/11) em Marrakech, Marrocos, e dará atenção especial às populações mais expostas aos efeitos do aumento da temperatura média global. Na Cúpula, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, chefiará a delegação brasileira e defenderá questões como adaptação e financiamento. Um espaço montado pelo governo federal divulgará as ações ambientais brasileiras durante o evento.

O principal objetivo da Conferência é regulamentar o Acordo de Paris, concluído no fim do ano passado e já em vigor desde a sexta-feira passada (4/11). O presidente do COP 22, o ministro de Relações Exteriores do Marrocos, Salaheddine Mezouar, destacou a necessidade de ação imediata com foco nas pessoas que vivem em áreas mais suscetíveis a eventos climáticos. “É preciso direcionar o trabalho para as populações mais vulneráveis”, declarou. “Vamos mostrar consistência nessa agenda”, acrescentou.

FLORESTA

Líder na agenda climática, o Brasil entra otimista na COP 22. O diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Adriano Santhiago, destacou a queda de 78% no desmatamento entre 2015 e 2004, ano de implementação do plano de controle do corte ilegal de árvores na Amazônia. “Vamos fortalecer essas ações e promover um maior aproveitamento econômico da floresta”, explicou. Segundo ele, medidas nas áreas de energias renováveis, indústria e ciência também estão em curso.

A participação de todos os setores da sociedade será fundamental para o cumprimento das metas brasileiras. “Esse é um esforço do país, incluindo governo, setor privado, organizações não-governamentais e academia”, afirmou. Santhiago acrescentou que o momento é favorável para redefinir os modelos produtivos do país e do mundo. “É a oportunidade de agirmos em termos de transformação tecnológica, recursos renováveis, eficiência energética e agricultura”, exemplificou.

ÁFRICA

Por estar ocorrendo no Marrocos, no norte da África, esta edição da Conferência das Partes promete dar destaque ao continente. Presidente da edição anterior da COP, que ocorreu em Paris, a ministra do Meio Ambiente da França, Segolene Royal, destacou que os países africanos estão entre os mais mobilizados e criativos frente à mudança do clima. “Uma corrida contra o tempo está a nossa frente”, alertou. “Não vamos reproduzir os mesmos erros do passado em relação ao processo industrial.”

Os desafios que a comunidade internacional terá pela frente também foram lembrados. A secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Patricia Espinosa, declarou que as metas anunciadas pelos países precisam ser incorporadas às políticas nacionais. Além disso, segundo ela, é preciso avançar em relação ao financiamento internacional das medidas. “Nosso trabalho já começou, mas ainda está longe de terminar”, resumiu.

SAIBA MAIS

Com o objetivo de manter o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, o Acordo de Paris instituiu um processo com metas individuais de cada país para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, o Brasil comprometeu-se a reduzir 37% das emissões até 2025, com indicativo de cortar 43%, até 2030.

Apesar de ser um fenômeno natural, o efeito estufa tem aumentado nas últimas décadas e causado mudança do clima. Essas alterações decorrem do aumento descontrolado das emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano. A liberação dessas substâncias na atmosfera ocorre por conta de diversas atividades humanas, entre elas o transporte, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e o consumo de energia.

Governo debate fortalecimento extrativista. Marcelo Saad. Site do MMA, 08/11/2016.

Políticas públicas específicas para as comunidades tradicionais são o foco da oficina que acontece, nesta semana, em Brasília.

O início de novembro marca um grande avanço para o fortalecimento das comunidades tradicionais e ribeirinhas. Governo federal e sociedade civil estão reunidos, em Brasília, de terça a quarta-feira (8 e 9/11), para debater a relevância do extrativismo para a conservação ambiental e definir novas estratégias e ações para o período 2017-2019.

Trata-se da oficina de planejamento do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe). No primeiro dia, foram discutidos os problemas existentes e as demandas da sociedade civil. De acordo com o gerente de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Pedro Lion, existem problemas recorrentes, como, por exemplo, a inclusão dos povos e comunidades tradicionais e a assistência técnica adaptada. Já na quarta-feira, a programação terá foco em discutir e encontrar, em conjunto, as ações para solucionar as dificuldades. Na quinta-feira (10/11), será apresentado o resultado da oficina à Comissão Intersetorial do Planafe.

Após a oficina e a aprovação pela Comissão, o próximo passo será realizar a entrega do plano atualizado ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Em seguida, a agenda deve ser conduzida junto ao centro de governo para que o Plano seja lançado no início de 2017.

O encontro recebe representantes das comunidades tradicionais e ribeirinhas de todos os biomas, que participam ativamente da construção das propostas e debates. “Queremos escutar a sociedade civil, saber quais são as suas demandas e planejar as ações para os próximos anos”, afirma a secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Juliana Simões.

Além do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), integram a Comissão Intersetorial o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério de Minas e Energia (MME), além da sociedade civil.

SOBRE O PLANO

O Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas representa um espaço efetivo de construção de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil para articulação e implementação de políticas públicas específicas para as comunidades no âmbito do governo federal. “O Planafe tem a virtude de alcançar esse público. Ele assiste a comunidade tradicional e ribeirinha, que tem papel fundamental de conservação da natureza. É uma via de mão dupla, o governo leva a política e eles cumprem o papel socioambiental valorizando a cultura e conservando o meio ambiente”, explica o gerente do Departamento de Extrativismo, Pedro Lion.

O Planafe vem sendo considerado como o embrião da futura política de fortalecimento das comunidades extrativistas no Brasil. Entre seus maiores desafios estão a universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos territórios extrativistas, adequação das políticas de comercialização, reconhecer o papel dos extrativistas na manutenção das florestas, e realizar esforços para implementação de políticas adaptadas de saúde, educação, infraestrutura, produção sustentável e gestão ambiental e territorial para e as comunidades ribeirinhas e extrativistas no Brasil.

Educação ambiental será reestruturada no Ibama. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 08/11/2016.

Presidente do órgão, Suely Araújo, defende importância do tema e diz que poderá criar coordenação vinculada a seu gabinete.

A presidente do Ibama, Suely Araújo, defendeu o fortalecimento da educação ambiental integrada às demais políticas públicas e de forma transversal. “Não entendo política ambiental que não passe pela educação ambiental”, afirmou. Ela participou de encontro promovido para debater o tema entre o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos vinculados, que terminou nesta terça-feira (08/11), em Brasília.

Suely descartou a possibilidade de criação de uma área específica para a educação na estrutura do órgão. “Meu objetivo não é criar uma nova diretoria, mas sim vincular esse tema diretamente ao gabinete”. Ela avaliou que isso poderá ser feito com a criação de uma coordenação que responda diretamente à presidência. “É como estou fazendo com as funções finalísticas como o licenciamento e a fiscalização, por exemplo”, disse.

Já a diretora de educação ambiental do MMA, Renata Maranhão, classificou o encontro como um primeiro passo para abertura do diálogo entre as instâncias que tratam educação ambiental no Ministério e suas vinculadas. Ela informou que está em curso a publicação de uma portaria para implementar um Projeto Político Pedagógico a ser adotado de forma conjunta.

A proposta, que tem como base a experiência das últimas três gestões à frente da diretoria, prevê a gestão integrada da educação ambiental com as demais políticas públicas para o meio ambiente. A prioridade será a formação continuada de gestores e dirigentes de conselhos locais. A diretora defendeu proposta no sentido de reestabelecer os Núcleos de Educação Ambiental. “A ideia é trabalhar em sintonia com as várias agendas do MMA e das vinculadas, como a agricultura familiar, pescadores ribeirinhos e quilombolas”, informou.

Na mesma linha, o coordenador de educação ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Rogério Egewarth, destacou o trabalho da instituição voltado para as comunidades residentes em unidades de conservação. Na avaliação dele, “trata-se uma ferramenta importante para a participação social nas UCs. É o ponto de referência para a gestão ambiental pública”.

Habitação chega para agricultores familiares em MS. Site da FETRAF, 08/11/2016

As casas foram entregues nesta segunda-feira 07.11 com a presença das lideranças da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar COOPHAF, entidade ligada a Fetraf MS.

Agricultores familiares do município de Paranhos no Mato Grosso do Sul foram beneficiados com 25 unidades habitacionais. As casas foram entregues nesta segunda-feira 07.11 com a presença das lideranças da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar COOPHAF, entidade ligada a Fetraf MS, que esteve à frente do processo de organização da execução do programa habitacional.

As 25 unidades foram construídas com recursos dos governos Federal, Estadual e Municipal, no valor total de R\$ 793.000,00. As casas possuem 59,82m² com dois dormitórios, um banheiro, uma sala, cozinha e duas varandas.

O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural - foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.

“O programa é capaz de levar às famílias a moradia digna, um verdadeiro lar. Todo agricultor e agricultora sonha e tem necessidade de ter uma casa que ofereça qualidade de vida. O PNHR também é capaz de motivar as famílias e seus sucessores a permanecerem no campo. Então, é uma política que deve ter continuidade porque é de extrema importância e que contribui para o avanço da agricultura familiar”, explica o coordenador geral da Fetraf MS, Paulo César.

Além disso, para a Fetraf MS, as unidades habitacionais são resultado das articulações dos movimentos sociais com os poderes públicos. “É por meio da luta e dessa articulação que conseguimos trazer estas políticas para o campo. A soma dos esforços de cada setor pode mudar a realidade do país”, avalia Paulo César.

Na inauguração das unidades habitacionais também estiveram presente representantes do governo estadual como da secretária de Estado de Habitação do MS, Maria do Carmo Avesani Lopez e representante do Banco do Brasil, Cleber da Silva Prestes .

Desmatamento na Amazônia pode voltar a cair. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 09/11/2016.

Redução é esperada com a intensificação das operações de combate, explicou o ministro Sarney Filho na abertura da reunião do Conama.

Após dois anos seguidos de aumento, o desmatamento na Amazônia voltará a cair já a partir de novembro. A avaliação foi feita nesta quarta-feira (09/11) pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na abertura, em Brasília, da 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do qual é presidente. Ele afirmou esperar, para 2017, um período de redução nas taxas de desflorestamento do bioma.

A intensificação da fiscalização nas áreas críticas, mesmo em período de chuva, é a principal medida adotada para fazer com que o desmatamento recue. “Neste momento, todas as forças do Ibama em parceria com as Polícias Militares Ambientais estaduais atuam em operações, principalmente nas regiões críticas da Amazônia”, informou a presidente do Ibama, Suely Araújo. Só do órgão, são 150 fiscais apoiados por operações com helicópteros e barcos.

O ministro estima que no último trimestre ocorreu novo aumento nas taxas de desmatamento, atribuído à crise econômica e baixa efetividade do sistema de fiscalização. “Agora, com o aporte de novos recursos do BNDES (R\$56 milhões) poderemos retomar o combate aos desmatadores ilegais”, disse. Ele reconhece que somente a fiscalização e o controle são insuficientes, mas que não é possível abrir mão dessas medidas. Defendeu, também, a adoção de novos instrumentos econômicos que incentivem a manutenção da cobertura vegetal.

Sarney Filho disse, ainda, que os dados sobre desmatamento devem estar disponíveis para qualquer cidadão até o final de abril do próximo ano. Os entendimentos com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo monitoramento por satélite da

região, estão avançados. “Isso vai permitir o controle social do desmatamento”, afirmou. Ele avalia que os dados podem ficar disponíveis, desde que fique claro que são “dados brutos”, passíveis de análises distintas.

CARVÃO

Na reunião do Conama, o ministro deixou claro que é contra o incentivo ao uso de carvão para a geração de eletricidade. As emissões provocadas pelas termelétricas podem dificultar o cumprimento do Compromisso Nacionalmente Determinado (NDC), que implica no incentivar fontes renováveis com baixa emissão, o que não é o caso. “Falei com o presidente Temer e enviei documento por escrito contra a medida”, disse Sarney Filho na plenária do Conama. O documento foi enviado no dia 20 de outubro, com parecer técnico sobre o tema.

O ministro embarca no final da semana para Marrakech, no Marrocos, onde representa o Brasil na 22ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 22), que acontece até o dia 18 de novembro. Para ele, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos trouxe uma grande apreensão sobre os rumos do Acordo de Paris. “Estou muito preocupado, porque decisões que possam ser tomadas pelo novo governo dos Estados Unidos irão afetar alguns países que serão impactados com mais intensidade pelo aquecimento global”, afirmou.

CONAMA

Durante a posse dos novos conselheiros do Conama, Sarney Filho recomendou que se busque a parceria “na construção de uma agenda comum de entendimentos”. Lembrou que o Conselho não é um espaço para a apresentação de pedidos e cobrança de atendimentos. “O Conama deve ser visto como o parlamento da sustentabilidade”, enfatizou Sarney Filho.

Agroextrativismo reestrutura plano para 2017. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 10/11/2016.

Governo federal e representantes dos movimentos sociais de unidades de conservação de uso sustentável discutem o Planafe 2016-2017.

A revisão do Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo para 2017 estará concluída até o final do ano. A decisão foi aprovada nesta quinta-feira (10/11) em reunião da Comissão Mista Intersetorial do Planafe, no Ministério do Meio Ambiente. A ideia é estabelecer um cronograma de ações, a serem implementadas a partir de março do ano que vem, para fortalecer o plano e ampliar o seu alcance junto aos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Entendimentos nesse sentido vem sendo mantidos com o movimento social e as pastas dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Secretaria Especial de Apoio à Agricultura Familiar da Presidência da República. A proposta de reestruturação pretende integrar as ações das várias pastas voltadas para o setor, para melhorar o acesso das populações tradicionais às políticas públicas específicas.

“Vamos identificar a oferta de recursos colocados à disposição do setor e otimizar sua aplicação”, disse o gerente de Agroextrativismo do MMA, Pedro Bruzzi. A estratégia teve início com a realização de oficina realizada nesta semana, em Brasília, com a participação de representantes do movimento social dos extrativistas, ribeirinhos e agricultores familiares.

PLANAFE

O Planafe é coordenado pelo MMA, em conjunto com representantes da sociedade civil. A linha de ação do plano é fomentar a inclusão social, a produção sustentável, a melhoria da infraestrutura e a gestão ambiental e territorial dos povos e comunidades tradicionais.

Voltado para as unidades de conservação de uso sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados, o Plano visa facilitar o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos. “É o passo inicial para uma futura política nacional para os povos extrativistas”, afirma Pedro Bruzzi.

Brasil apresenta moratória da soja ao mundo. lucas Tolentino. Site do MMA, 10/11/2016.

Medida que proíbe o comércio do grão produzido em áreas desmatadas é divulgada na 22ª Conferência das Partes (COP 22), no Marrocos.

O pioneirismo brasileiro na produção de soja aliada à conservação florestal poderá influenciar a agenda internacional. A delegação brasileira apresentou nesta quinta-feira (10/11) no Espaço Brasil da 22ª Conferência das Partes (COP 22) em Marrakech, Marrocos, os resultados dos 10 anos da moratória da soja. Defendida pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, a iniciativa tem ampla adesão do setor produtivo e proíbe o comércio do grão que tenha sido cultivado em áreas desmatadas da Amazônia.

A moratória é apontada como uma das primeiras iniciativas em grande escala nesse setor. Atualmente, são monitorados 87 municípios correspondentes a 98% da soja produzida na Floresta Amazônica. O estrategista sênior de florestas do Greenpeace, Paulo Adário, afirmou que a medida contribui para o esforço global de conter o aquecimento do planeta, em pauta na COP 22. “Não há espaço para desmatamento em um mundo que busca limitar o aumento da temperatura em 1.5°C”, explica.

Para Sarney Filho, a iniciativa deve ser estendida ao Cerrado. Na abertura de um seminário promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), em outubro deste ano, o ministro propôs que os produtores adotem uma medida nesses mesmo moldes para o Cerrado. Segundo ele, desde que foi adotada na Amazônia, a moratória fez triplicar a área de produção da soja na região, o que confirma ser possível cultivar o grão sem desmatar.

DEBATES

Com o objetivo de divulgar as políticas ambientais brasileiras para o mundo, o Espaço Brasil na COP 22 promoverá debates com o setor público e privado e com a sociedade civil. Nesta quinta-feira (10/11), o local recebeu a visita do ministro do Meio Ambiente do Sudão, Hassan Abdel-Gadir Hilal, que participou de apresentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre financiamento da agricultura de baixo carbono. Também foram discutidas, no local, estratégias empresariais de adaptação à mudança do clima.

O Espaço Brasil é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a Agência Nacional de Águas (ANA). A programação vai até o próximo dia 18, com a participação de representantes de diversos órgãos do governo federal e de instituições como o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC).

SAIBA MAIS

A COP 22 ocorre em Marrakech até o dia 18 de novembro com o objetivo de regulamentar os detalhes acerca do Acordo de Paris. Esse pacto representa um esforço de mais de 190 países para conter as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura a média global a bem abaixo de 2°C. Para isso, cada país apresentou metas voluntárias para implementação em seus próprios territórios. Considerada uma das mais ambiciosas, a meta brasileira é reduzir em 37% as emissões até 2025, com indicativo de chegar a 43% em 2030.

CONTRAF BRASIL busca parceria com Asbraer para avançar na assistência técnica e extensão rural. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 10/11/2016

O elemento é central para a transformação da agricultura que necessita de inovação, adoção de tecnologias e técnicas, pesquisa entre outros itens que resultem no modelo de desenvolvimento sustentável.

A Assistência Técnica e Extensão Rural é uma das principais ferramentas para o avanço da agricultura familiar no Brasil. Esse elemento é central para a transformação da agricultura que necessita de inovação, adoção de tecnologias e técnicas, pesquisa entre outros itens que resultem no modelo de desenvolvimento sustentável de plantar, colher e comercializar.

É pensando nisso, que a CONTRAF BRASIL busca a parceria com a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) - instituição presente em todo o território nacional, por meio de 27 entidades associadas, ligadas aos governos estaduais, que assegura a inserção da assistência técnica e extensão rural na agenda nacional, em defesa de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Nesta quinta-feira 10.11 o coordenador geral da CONTRAF BRASIL Marcos Rochinski e o coordenador de gestão e finanças da CONTRAF BRASIL Lázaro Bento participaram de uma reunião com o presidente da Asbraer, Argileu Martins da Silva, para tratar de pautas relacionadas a assistência técnica e extensão rural, focando a produção da agricultura familiar.

“A assistência técnica e extensão rural ainda é um desafio e precisamos avançar na produção com sistemas sustentáveis. A EMATER tem um papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar e essa parceria com a Asbraer vai nos proporcionar melhorias no atendimento ao nosso agricultor familiar”, avalia Rochinski.

ANATER

Durante a reunião também ficou acordado que as entidades irão somar esforços, no sentido de retomar o debate referente a efetivação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).

Na BA, 90% da produção de cacau vem da agricultura familiar, diz governo estadual. Camila Turtelli e Letícia Pakulski. O Estado de São Paulo, 10/11/2016.

Durante o Fórum Estadão - A Importância do Cacau para o Agronegócio, representantes da Bahia e Pará falaram sobre as safras do produto

Na Bahia, 90% da produção cacaeira é proveniente da agricultura familiar, afirmou o secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues. Ele participa, nesta quinta-feira, 10, do Fórum Estadão - A Importância do Cacau para o Agronegócio, realizado em São Paulo, no auditório do Estadão.

O representante afirmou ainda que a cultura, no passado, enfrentou uma série de dificuldades, como a doença vassoura-de-bruxa - provocada por um fungo - e que, agora, para que haja um crescimento da produção, é necessário que os produtores invistam em tecnologia.

"É possível que tenhamos mais desafios com implementação de programas de assistência técnica, de financiamento", disse. Ele afirmou que o governo estadual anunciou recentemente a entrada de recursos para a melhoria da qualidade da produção local e que isso deve elevar a oferta no Estado.

A produção do Pará deve atingir 115 mil t da amêndoa em 2016

Pará. Com a safra encerrada em outubro, a produção de cacau no estado paraense deve atingir 115 mil toneladas, afirmou há pouco o secretário da Agricultura do Pará, Hildegardo Nunes. "A nossa produtividade já está acima de 900 quilos por hectare",

afirmou. A indústria reluta em reconhecer os dados da produção, porque tem interesse na importação, inclusive no regime de draw back (importação para posterior exportação com maior valor agregado)", disse ele ao Broadcast Agro, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado. Segundo ele, se não fossem os problemas climáticos recentes da Bahia, o País estaria hoje autossuficiente. A perspectiva dele para a safra 2017 do Pará é entre 120 mil e 125 mil toneladas.

Para Nunes, o cacau é uma cultura estratégica para o desenvolvimento da economia do Brasil. "Precisa tirar da literatura e colocar na prática. Ele perdeu importância significativa no cenário econômico do País e isso precisa ser retomado", disse. No Pará, a produção cacauzeira faz parte do "Plano Pará 2030". A estratégia reúne 14 cadeias produtivas que têm a meta de elevar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado à média da renda brasileira até 2030. Atualmente, a renda per capita no Pará está na metade da renda média do País, segundo Nunes.

Segundo o secretário, a oferta de cacau no Estado está crescendo entre 10% e 11% ao ano desde 2011, quando a safra do Estado foi de 60 mil toneladas. "Até 2023, podemos atingir 240 mil t de amêndoa seca", disse. Ele aposta no potencial do Brasil como um exportador de cacau, mas ressaltou que é necessário haver igualdade de produção entre os países, citando as condições trabalhistas dos países africanos, sem entrar, porém, em detalhes. Ele abordou ainda os trabalhos de integração lavoura-pecuária e floresta (ILPF). "Serviços ambientais prestados dentro da cultura do cacau podem elevar a rentabilidade da cultura", disse.

Incra e Governo de Mato Grosso do Sul firmam parceria para desenvolvimento de assentamentos. Site do INCRA, 11/11/2016.

Com o objetivo de acelerar a execução de ações do Programa Nacional de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, o presidente do Incra, Leonardo Góes, e o governador Reinaldo Azambuja assinaram na tarde desta sexta-feira (11) acordo de cooperação técnica. A parceria tem como objetivo a alocação de servidores do estado para atuação conjunta em atividades de interesse comum, como por exemplo ações voltadas ao desenvolvimento de assentamentos e à regularização fundiária de imóveis rurais.

Para Leonardo Góes, “o Incra está imbuído numa política muito clara de titulação dos assentamentos, pois acredita que dessa forma os assentados poderão ter a segurança jurídica necessária às suas ações, aí incluído o acesso às linhas de crédito na rede bancária”. “A parceria com o governo do estado vai prover o Incra local das condições de efetivamente levar desenvolvimento aos assentamentos e também às áreas de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul”, disse.

“A gente fica muito contente em construir uma parceria Agraer/Incra, secretarias e demais instituições, para ter principalmente assistência técnica”, disse o governador Reinaldo Azambuja. “O grande desafio é nós criarmos realmente uma viabilidade econômica para nossos programas de assentamento”, completou.

Segundo o superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Humberto César Mota Maciel, a falta de pessoal têm tornado mais lento os processos e a realização dessas ações. Com a parceria, o Incra/MS vai se concentrar mais no controle e na fiscalização da execução do acordo. “Fomos buscar esta parceria para acelerar a reforma agrária e a política de ordenamento fundiário. Estamos carentes de pessoal. Antes o serviço era contratado e atualmente não temos esta possibilidade”, afirma o superintendente.

No instrumento assinado, compete ao Incra prestar orientações sobre procedimentos aos profissionais alocados por força institucional de exercício, atribuições e competências nos assuntos relativos às atividades definidas, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades desempenhadas pelos profissionais e cobrir despesas com os deslocamentos dos servidores do Estado.

Na parceria, ao Estado de Mato Grosso do Sul compete “responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária dos seus profissionais envolvidos no objeto do acordo, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários decorrentes da execução do termo”.

Já a Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar (Sepaf) e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) ficam responsáveis por cumprir o acordo de cooperação técnica, assegurando a disponibilidade e a identificação dos servidores envolvidos na execução das ações definidas em conjunto.

O acordo terá vigência de vinte e quatro meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo prévio e expresso entre as partes envolvidas, mediante a celebração de termo aditivo.

A parceria foi assinada pelo governador Reinaldo Azambuja, pelo presidente do Incra, Leonardo Góes, pelo superintendente regional do Incra, Humberto César Mota Maciel, e pelo titular da Secretaria de Produção e Agricultura Familiar (Sepaf), Fernando Lamas.

Entrevista: “Modelo agroecológico cubano poderia salvar o mundo”. marion Deschamps. Site do MST, 13/11/2016.

TeleSur entrevistou Raj Patel, escritor indiano premiado e defensor dos modelos sustentáveis de agricultura; ele diz que multinacionais pressionam por entrada na ilha

Em Cuba, onde as condições externas – o bloqueio dos Estados Unidos e o colapso da União Soviética – e o planejamento socialista interno obrigaram os agricultores a adotar um modelo independente de agricultura para alimentar a população, sem importar agrotóxicos caros, desenvolvendo um modelo que é líder mundial em sustentabilidade.

TeleSur: Você acha que o futuro do modelo agroecológico em Cuba pode estar comprometido se a normalização das relações diplomáticas com os EUA servir para o setor agrícola norte-americano empurrar seus produtos nos mercados cubanos?

Raj Patel – Estou bastante preocupado, como todos os cubanos deveriam estar. O modelo que floresceu em Cuba é um modelo de sustentabilidade, onde os cientistas são diretamente responsáveis pelos agricultores, e os agricultores são tratados não como cobaias, mas como parceiros no campo que experimentam e inovam. E a grande genialidade do experimento cubano foi ter democratizado o conhecimento, a competência e o poder.

Minha grande preocupação sobre os EUA é que já temos muitos relatos, com os documentos do Wikileaks, que os funcionários do governo estão sendo pressionados pela Monsanto e outras empresas do tipo. Os cidadãos cubanos precisam saber o que está em jogo – assim como os demais – que este belo exemplo poderá ser extinto em breve, e acho que temos que fazer tudo que pudermos para evitar isso.

Por causa das circunstâncias – o colapso da URSS e o bloqueio dos EUA – os agricultores cubanos tiveram de adaptar e produzir comidas sem pesticidas ou fertilizantes. A produção foi capaz de garantir a segurança alimentar para todos os cubanos?

Patel – Cuba não produziria o suficiente para alimentar a população se ela quisesse se alimentar como os norte-americanos. Ou seja, a dieta dos EUA requer muito em termos de água, combustível etc, por causa do alto nível de consumo de carne. Mas isso não é um defeito no modelo de agricultura cubana, e sim um defeito no modelo de consumo norte-americano: consomem muita carne.

Eu acho que é injusto culpar Cuba por não ser capaz de sustentar a dieta norte-americana. Se todos comessem o tanto de carne que os norte-americanos comem precisaríamos de sete planetas a mais para alimentar todos. É a dieta dos EUA que é insustentável, antes de o modelo de agricultura em Cuba ser subprodutivo.

Cuba ainda depende de importações de alimentos, como cereais?

Patel - Eles importam arroz. Mas produzem a maioria de suas frutas e vegetais. É difícil executar um modelo justo, porque agora, com o petróleo da Venezuela (desde que Hugo Chávez foi eleito em 1999), há muito mais agricultura industrial. Isso significa um retorno aos antigos modelos e é difícil saber a situação atual em Cuba para reforçar um modelo sustentável em oposição ao modelo insustentável, porque há uma grande mistura na conjuntura atual. Não é um estudo de caso puro.

Mas o que sabemos é que o modelo de agroecologia – que cultiva alimentos mais intensamente, recicla nutrientes através da terra, não cultiva apenas uma única colheita, mas várias, constrói a fertilidade do solo e maneja os recursos hídricos, usando menos fertilizantes e pesticidas – vai bem, pelo que sabemos. Há muito mais sustentabilidade associada a este modelo e muito mais comida por área que o cultivo no centro-oeste dos EUA. Isso tudo é sustentado por dúzias de estudos comparando a agroecologia com a agricultura industrial.

E é também mais uma prova de desastre, um ponto crucial para entender os desastres naturais causados pelo aquecimento global?

Patel – Sem dúvida. Particularmente agora pouco tivemos um furacão atravessando o Caribe e há mais deles no caminho. Sim, é importante lembrar que se você tiver um portfólio diverso de culturas, há uma gama de opções caso uma colheita seja atingida.

Não temos ainda evidências, mas os agricultores dizem que o solo agroecológico é muito melhor para resistir às inundações, pois há muito mais “solo vegetal”, não alaga tanto.

Poderia o modelo agroecológico implementado há três décadas em Cuba ser transportado hoje para outras partes do mundo, que enfrentam novos desafios como mudança climática e urbanização?

Patel – Muito países já estão adotando este modelo, na América Latina (ver os trabalhos da SLOAS) e também em Laos, Malawi, onde eu vi resultados incríveis no combate à subnutrição em terras poucos férteis graças à adoção da agroecologia.

Mas as pessoas precisam perceber também que a história da agroecologia não é apenas sobre “você precisar plantar milho, feijão e etc”! O que define a agroecologia é o entendimento de ecologia que você está inserido e a utilização dos conhecimentos para desenvolver sistemas apropriados que combinem com seu lugar no mundo. Agroecologia é sobre princípios, não é uma receita.

Não só pode ser trabalhada em outros lugares do mundo, como já está funcionando, porque muitos agricultores estão sofrendo com as mudanças climáticas. Exige uma mudança no consumo de carne, por exemplo, consumindo menos, mas com melhor qualidade.

É claro que é possível ter uma produção insustentável de – digamos – alface, não precisa envolver animais para se ter uma agricultura insustentável, por exemplo; basta você plantar apenas alface com toneladas de produtos químicos e uma enorme quantidade de água. Mas isso não é uma comparação justa e, na verdade, muitos sistemas agroecológicos incluem carne, de forma reduzida. Não é uma questão de carnívoros x vegetarianos, é sobre sustentável x insustentável.

MATOPIBA: Agronegócio é o vilão do meio ambiente e da produção com sustentabilidade. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 16/11/2016

Movimentos debatem projeto no Seminário Nacional “Matopiba; Conflitos, resistência e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil”.

Durante o Seminário Nacional “Matopiba; Conflitos, resistência e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil”, as diversas representações de comunidades tradicionais, movimentos sociais, entidades que apoiam a preservação do meio ambiente, pesquisadores e acadêmicos, trocaram experiências sobre a vida no cerrado nas regiões do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e Moçambique. A apresentação das realidades de cada região mostrou que o agronegócio traz desigualdade social, desemprego, pobreza nos municípios e, o mais grave, é o descaso com a soberania alimentar.

O plano de desenvolvimento do agronegócio Matopiba, apresentado em 2015 pelo governo federal gera consequências negativas para o bioma do cerrado, algumas irreversíveis ecologicamente, como a diminuição do volume de água dos lençóis freáticos e dos rios, impactos no modo de vida das comunidades tradicionais, envenenamento das águas e impactos na saúde pelo uso intensivo dos agrotóxicos. Além disso, o projeto também causa a grilagem de terras, aumento dos conflitos e da violência no campo, destruição dos assentamentos e da agricultura familiar e aumento do desmatamento.

Segundo Isolete Wichinieski, da Comissão Pastoral da Terra e coordenadora da Campanha Sem Cerrado, existem vários projetos no Congresso que também interferem no plano Matopiba, exemplo disso, é o Projeto de Lei 4059/12 que regula compra de terras por estrangeiros. “Se isso for aprovado, facilitará ainda mais o financiamento de terras para estrangeiros, com interesses do agronegócio, justamente nas áreas do cerrado. Tivemos uma audiência no Senado e apenas uma senadora esteve presente. Então, é claro a falta de interesse na discussão por parte dos parlamentares. A voz que ecoa das comunidades que vivem na região, principais afetados pelo Matopiba, é de que não querem esse modelo de desenvolvimento, mas não há um respeito dos poderes públicos por isso “ênfatiza.

Um dos objetivos do seminário é ampliar o debate do Matopiba em todos os níveis, municipal, estadual, nacional e internacional. Em Moçambique, por exemplo, a situação é de extrema violência no campo. “Nossa situação política é de guerra e até agora não temos paz, o moçambicano está chorando para ter paz e viver livre, lá convivemos com a usurpação de terra dos camponeses”, relata a representante de Moçambique, Helena Terra.

De acordo com Rosival Leite, coordenador estadual da Fetraf Bahia, muitos agricultores perderam suas áreas, onde a produção era da agricultura familiar. “Presenciamos

diariamente os conflitos no campo, são os grandes fazendeiros e proprietários do agronegócio colocando seus jagunços para coagir nosso povo. Agora, com esse processo de estrangeirização das terras o problema se consolida cada vez mais”, conta.

No Maranhão a realidade não é diferente, sem contar com a manipulação da informação pela grande mídia sobre o agronegócio. “Não foi um assunto debatido com as reais informações de impactos para as comunidades. Entendemos que o Matopiba não é só uma expansão da fronteira agrícola, a estratégia é bem maior. Envolve exportação, ferrovia, hidrovias, portos, a retirada de comunidades tradicionais das suas zonas, exploração da terra sem sustentabilidade, estrangeirização das terras e muito mais. O debate de resistência é necessário e urgente”, explica Maria da Graça Amorim, coordenadora de mulheres da CONTRAF BRASIL e da Fetraf Maranhão.

Vizinho, o estado do Piauí sofre com a extração do solo devido as grandes áreas de soja na região e o descaso político do governo federal e estadual com os assentamentos da reforma agrária. “Provamos para qualquer empresário e Governo que a fala pregada por eles de plano de desenvolvimento é equivocada. Eles argumentam, por exemplo, que o eucalipto é uma forma de colocar o nordeste verde, engano, quando podemos ter outras culturas como o caju e bacuri que superam em número e qualidade de vida. Provocamos o diálogo e às comunidades para que não aceitem a imposição técnica elaborada pelas multinacionais”, critica Antônio Chaves, coordenador de da política agrária da FAF Piauí.

Entre os dias 16 e 18 de novembro a CONTRAF BRASIL contribui com a construção dos encaminhamentos como a agenda de ações e relatos das comunidades que deverão compor uma carta para ser entregue aos governos. “Vamos ampliar este debate para os municípios e estados para garantirmos a preservação do Cerrado, a produção da agricultura familiar, as comunidades tradicionais, a produção da água, além de fortalecer nosso movimento pela defesa desse bioma, que é tão importante, o Cerrado brasileiro”, avalia Lázaro Bento, coordenador de gestão e finanças da CONTRAF BRASIL.

Encontro debate água e educação ambiental. Letícia Verdi. Site do MMA, 17/11/2016.

Nesta sexta-feira, professores do DF, empresas e governo participam de seminário sobre recursos hídricos. Evento é gratuito e aberto ao público.

O Diálogo sobre Educação Ambiental e Água no Contexto do 8º Fórum Mundial das Águas reunirá, nesta sexta-feira (18/11), em Brasília, redes de ensino, empresas e governo. Interessados podem se inscrever pelo endereço cursos@sinepe-df.org. O evento também terá transmissão pela internet.

A iniciativa é preparatória para o Fórum Mundial das Águas, que será realizado, em Brasília, em 2018. O lançamento da cidade como sede da oitava edição do fórum ocorreu nesta semana durante a 22ª Conferência das Partes para Mudança do Clima (COP 22), em Marrakech, no Marrocos. O anúncio foi feito pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

“Trata-se de uma primeira iniciativa para pensarmos em um processo mais amplo de ação estruturada de educação ambiental, que envolva as escolas e a sociedade nessa agenda”, afirma a diretora de Educação Ambiental do MMA, Renata Maranhão.

TEORIA E PRÁTICA

O objetivo do encontro é informar e contextualizar as redes de ensino, empresas e governo sobre a teoria e a prática da educação ambiental no Brasil, conforme o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), suas regulamentações e decretos.

O encontro é uma realização do MMA em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe).

Clima: povos da Amazônia serão prioridade. Lucas Tolentino. Site do MMA, 17/11/2016.

Sarney Filho declara, na COP 22, que as ações de combate ao aquecimento global incluirão políticas para os 25 milhões de moradores da região.

Os povos que moram na região amazônica serão prioridade nas políticas ambientais brasileiras. O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, afirmou nesta quinta-feira (17/11) que o país promoverá ações para o desenvolvimento de uma economia florestal

capaz de conter o aquecimento global e beneficiar os 25 milhões de moradores da região. A declaração ocorreu em evento na 22ª Conferência das Partes (COP 22) sobre mudança do clima, em Marrakech, no Marrocos.

Os setores de florestas, energia e agricultura de baixo carbono serão os principais eixos de ação do país. “É preciso oferecer alternativas econômicas e que valorizem a floresta em pé”, afirmou o ministro. Para isso, segundo ele, as políticas nessa área serão aliadas ao crescimento sustentável do país e ao desenvolvimento social. “Não se pode pensar na floresta dissociada do homem. É necessário combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações”, acrescentou.

AVANÇOS

A comunidade internacional reafirmou a liderança brasileira na agenda ambiental. A coordenadora da área de Implementação e Mitigação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), Katia Simenova, afirmou que o país é o mais avançado em setores como corte de emissões florestais e na cooperação com outras nações em desenvolvimento. “O Brasil tem uma das metas mais expressivas e tem apresentado boa ação climática”, avaliou Simenova.

A inclusão dos produtores em um sistema de agricultura de baixo carbono também foi classificada como uma medida positiva em curso em território nacional. “O Brasil tem mostrado como juntar ações voltadas para crescimento, clima e sustentabilidade”, afirmou a diretora de Agricultura do Banco Mundial, Ethel Sennhauser. “Além de garantir a segurança alimentar, os produtores são muito importantes e fazem parte do processo de corte de emissões”, acrescentou.

A COP 22

A COP 22 ocorre em Marrakech até esta sexta-feira (18/11) com o objetivo de regulamentar os detalhes acerca do Acordo de Paris. Esse pacto representa um esforço de mais de 190 países para conter as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura a média global a bem abaixo de 2°C. Para isso, cada país apresentou metas voluntárias para implementação em seus próprios territórios. Considerada uma das mais ambiciosas, a meta brasileira é reduzir em 37% as emissões

até 2025, com indicativo de chegar a 43% em 2030. Ambas com base nos níveis registrados em 2005.

Empresas explicam relatórios de sustentabilidade. Leticia Verdi. Site do MMA, 17/11/2016.

Evento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em São Paulo aborda a importância desses documentos para as tomadas de decisão.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou, nesta quinta-feira (17/11), o Seminário Internacional sobre o Uso dos Relatórios de Sustentabilidade e o Acompanhamento da Agenda 2030, em São Paulo. “Podemos conhecer e discutir como as informações que estão nos relatórios de sustentabilidade influenciam as tomadas de decisão das empresas”, afirmou a diretora de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Raquel Breda.

Segundo ela, o objetivo principal do evento foi apresentar a um público mais amplo a importância dos relatórios de sustentabilidade como instrumentos de transparência e prestação de contas à sociedade sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas.

Participaram do evento instituições da sociedade civil e academia, além de representantes da BM&FBovespa e do Banco do Brasil, que sediou o evento. O seminário aconteceu em paralelo à reunião do Grupo de Amigos do Parágrafo 47, com Áustria, França, África do Sul e Argentina.

SAIBA MAIS

O Grupo de Amigos do Parágrafo 47 (GoF 47) foi formado pelos governos do Brasil, Dinamarca, França e África do Sul em junho de 2012, no momento em que se percebeu a importância dos relatos corporativos de sustentabilidade, no Parágrafo 47 do documento final da Rio+20. Atualmente, o GoF 47 é composto por nove países: África do Sul, Argentina, Áustria, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e Suíça.

As 100 vagas abertas ao público para o seminário foram preenchidas nos três primeiros dias de inscrição. [Confira aqui mais informações.](#)

Agricultura sustentável e energia renovável do Brasil são exemplos, diz Maggi. Site do MAPA, 17/11/2016.

Etanol pode ser alternativa para muitos países e milho também deve virar combustível

A produção de biocombustíveis, como o etanol, produzido no Brasil a partir da cana de açúcar, não compete com a produção de alimentos e pode ser uma alternativa interessante para muitos países, defendeu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, durante o lançamento da Plataforma Biofuturo na COP22, a Conferência do Clima, que se realiza em Marrakech, no Marrocos. Maggi disse também que o Brasil tem a agricultura mais sustentável do planeta.

A plataforma foi lançada por um grupo de 13 países da América do Sul, incluindo o Brasil, da Europa e da Ásia para promover o uso de biocombustíveis. A iniciativa anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, visa soluções que reduzam o volume de emissões setor de transportes de gases responsáveis pelo aquecimento global.

Biocombustíveis

Os biocombustíveis avançados, preconizados pela Plataforma e que podem reduzir em até 90% a contribuição do setor de transportes para o efeito estufa, foram defendidos pelo ministro da Agricultura. “O que o ministro Sarney e o governo brasileiro propõem é dar sequência ao que o Brasil já vem fazendo. Temos experiência conhecida por fornecer biocombustível para a grande maioria dos automóveis do país”, assinalou Maggi.

O ministro da Agricultura comentou que seria interessante que outros países abrissem suas fronteiras para o etanol, senão como combustível exclusivo, mas na mistura com gasolina. O Brasil, sem dúvida alguma, na questão da energia, é o que mais tem energia renovável no mundo, acrescentou, lembrando que “42% da nossa energia é renovável, sendo 29% produzida na agricultura”.

Em debates, durante a conferência, Maggi contestou questionamentos sobre eventual opção de “deixar de produzir comida para a população para fazer biocombustível”. Ele garantiu que a produção de etanol não é excludente, que faz parte de um ciclo da agropecuária e que pode ser ampliada, “inclusive a partir também de cereais sem afetar o balanço de alimentos”.

O cultivo de milho para a fabricação de etanol, como fazem os Estados Unidos, também pode ser interessante no Brasil, de acordo com o ministro. “Temos que considerar isso, principalmente, na Região Centro-Oeste, que está entre 1.700 Km e 2.000 km de distância do porto. Se fôssemos cultivar milho sem pensar numa alternativa que não seja o consumo animal e o consumo humano, não teríamos onde colocar a produção. Os preços ficariam tão deprimidos que levariam os agricultores à falência, à falta de recursos para continuarem a produzir”.

Produtor consciente

“O Brasil se apresenta nesta COP22 muito mais como uma solução para vários problemas que o mundo enfrenta do que propriamente como um problema a ser resolvido pelo agricultor”, destacou. “Temos, que eu diria sem medo nenhum, a agricultura mais sustentável do mundo. As nossas áreas de produção no Brasil têm que ter, no mínimo, 20% de reserva legal. Todos os córregos e rios são protegidos por legislação. Mas, mais que a legislação, são protegidos pela consciência dos produtores, de que nós devemos preservar a flora e a fauna.”

O ministro salientou que a exigência na Floresta Amazônica, no norte do Brasil, é de manter 80% das propriedades inalteradas. “Manter 80% de uma propriedade sem uso é como você ter um hotel, com 100 apartamentos e só poder comercializar 20 unidades. E as despesas pertencem a você. É um sacrifício muito grande para os produtores brasileiros.”

Maggi assegurou ainda que o Brasil vai colaborar, cada vez mais, para o cumprimento de metas climáticas e serve de exemplo para muitos países em muitas áreas de produção. “Temos uma agricultura de baixo carbono, um programa de governo que apoia essas atividades. Faltam os recursos para acelerar, mas estamos num caminho de fazer isso.”

Cultivo de árvore na propriedade rural é positivo para o produtor e para o meio ambiente. Site do CNA, 17/11/2016.

A CNA e a Embrapa realizam, nesta quarta (16/10) e quinta-feira (17/10), o 1º Workshop Nacional do Projeto Biomas. O objetivo do encontro é apresentar aos produtores rurais, técnicos e pesquisadores os primeiros resultados práticos dos experimentos realizados em

cada um dos seis biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Amazônia, Caatinga e Pantanal. Eles sairão do evento, nesta quinta, com novas metas de atuação.

O biólogo e pesquisador da Embrapa Florestas, Alexandre Uhlmann, apresentou nesta quarta-feira (16/10) o panorama geral do projeto, detalhando as etapas realizadas em cada bioma. “O diagnóstico é muito positivo, sendo que a gente trabalha com árvore e precisa de algum tempo para o seu crescimento”.

O pesquisador explicou que o projeto possibilitou à equipe indicar as espécies a serem plantadas para cada tipo de solo, os tipos de espécies que efetivamente se desenvolvem melhor de acordo com o ambiente; além de modelos de plantios para os sistemas produtivos e experimentos com restauração de Reserva Legal (RLs) e Áreas de Preservação Permanente (APPs). “Também tivemos várias outras informações socioeconômicas, sobre os ciclos ecológicos e alguns projetos que desenvolvem diagnósticos e monitoramento da fauna”, disse. Alexandre Uhlmann finalizou explicando que o projeto é bastante amplo, mas está cumprindo seu papel em mostrar que o emprego da árvore na propriedade rural é positivo tanto para os produtores quanto para o meio ambiente.

Outra palestrante do encontro foi a bióloga e pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Fabiana Ruas, que também fez um balanço positivo dos resultados no Bioma Mata Atlântica. “São três anos de experimentos com resultados de extrema importância para o produtor rural, principalmente na questão da madeira de lei - espécie nativa da região que hoje tem pouca remanescente e os produtores precisam ter uma alternativa para o uso dessa árvore”, frisou.

Para a coordenadora executiva do Projeto Biomas na CNA, Cláudia Rabello, apesar de ser pouco tempo de projeto, apenas seis anos, os resultados já consolidados são de interesse do produtor rural, para que ele consiga sanar suas dúvidas. “São muitas perguntas, principalmente na questão de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente que temos condição de respondê-las”, explicou.

Outros dois Biomas, Cerrado e Amazônia, também foram apresentados no primeiro dia de workshop. A reunião contou com a presença do presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Flávio Saboya, que representou todos os produtores do bioma caatinga; o superintendente Técnico da CNA, Bruno Lucchi; e o

representante do SENAR Nacional, Matheus Ferreira; e o representante da Embrapa Nacional, Cláudio Braga. O workshop continua nesta quinta-feira, onde serão apresentados os resultados dos Biomas da Caatinga, Pantanal e Pampa.

Sobre o Projeto Biomas - Lançado em 2010, o Projeto Biomas é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), da Monsanto, John Deere e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Agroecologia é tema de Encontro de Idosos(as) Rurais em Alagoas. Site da CONTAG, 21/11/2016.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do município de Ouro Branco, sertão de alagoano, realizou o 5º Encontro da 3ª Idade Rural.

O Encontro que aconteceu na Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA), em Igaci-AL, com a presença de 46 participantes, teve início com uma apresentação sobre o Banco Comunitário Social de Olho D'água, fundado há quase um ano.

A programação continuou com a famosa Feira da Agricultura Familiar, onde idosos(as) estavam entusiasmados(as) em conhecer produtos e sementes do município.

Há 5 anos o Sindicato realiza Encontros de Idosos(as) Rurais, sempre trazendo para dentro do debate a luta por direitos.

“O ano de 2016 foi desafiador para nós da Direção do STTR, pois, pensamos em uma celebração diferente que pudesse envolver além dos idosos(as), todo o conjunto da nossa Diretoria. Assim, organizamos uma atividade que nos possibilitou conhecer tecnologias

alternativas de outros espaços para implementar em nossas comunidades" , ressaltou o presidente do STTR, Damião Matos.

Já a secretária de Mulheres da FETAGAL e secretária de Jovens da CUT-Nacional, Edjane Rodrigues, destacou que o Encontro foi um momento que fica para história do Brasil, pois foi uma oportunidade de analisar também o retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas que todo o povo brasileiro está enfrentando.

“Mesmo diante da atual conjuntura posta, nós continuaremos construindo resistência e reafirmando nossas organizações de base. Por isso destacamos a importância dessas ações como espaços estratégicos para continuar construindo a luta política”, destacou Edjane.

O secretário da 3ª Idade do Sindicato de Ouro Branco, falou sobre a importância de se fazer uma ação planejada.

"Foram dias de planejamento e conversas... Meu sentimento é de missão cumprida por contribuir com a realização de Encontros tão importantes e acolhedores para esse público especial. Nossa continuidade agora é de multiplicação de tudo que vivenciamos aqui", destacou o secretário da 3ª Idade de Ouro Branco, José Maria da Silva.

A programação do Encontro ainda contou com visitas às produções agroecológicas. Momento em que os(as) idosos(as) conheceram várias experiências com mudas de Pinheiras que são distribuídas para agricultores(as) renovarem suas plantações quando estão envelhecidas. Eles(as) ainda acompanharam o beneficiamento de vários derivados de leite.

Ao final do Encontro, os idosos(as) agradeceram a acolhida e também a parceria feita com a AAGRA.

PARÁ: Cadeia da sociobiodiversidade em debate. Site da CONAB, 21/11/2016.

Com o objetivo de fortalecer o Programa de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) no Pará, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promove, nesta segunda-feira (21), uma reunião na capital Belém para apresentar o programa e estreitar relações com os parceiros locais. O encontro terá caráter técnico e também discutirá possíveis parcerias com governos e atores das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, como açaí, andiroba, borracha, castanha do Brasil e cacau.

Participam das reunião representantes de entidades como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizações e cooperativas relacionadas às cadeias produtivas relacionadas, Secretaria Estadual de Agricultura, entre outros.

A PGPM-Bio garante preço mínimo para diversos produtos da sociobiodiversidade em todo o Brasil. Os extrativistas recebem uma subvenção direta quando comprovam a venda da produção por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. A política contempla produtos como açaí, amêndoa de andiroba, borracha, cacau extrativo, castanha do Brasil e pequi.

A política assegura renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Simultaneamente, fomenta a proteção ao meio ambiente.

Somente em 2016, a Conab pagou R\$ 44.590,40 em subvenção para extrativistas de borracha natural do Pará. Foram 17 beneficiados do município de Mocajuba, localizado a 232 km da capital Belém. No período, o preço mínimo para a borracha natural estava proposta em R\$ 5,42/kg. Os recursos referem-se ao pagamento da subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE) pela comercialização de 15.376 kg da safra 2015/2016.

No ano de 2015, a PGPM-Bio atendeu 33 extrativistas de Mocajuba e Salvaterra, com subvenções pagas no valor de R\$ 36.937,40. Foram 44.053 kg de produtos adquiridos, entre borracha natural e amêndoa de andiroba.

Em razão da baixa nos preços e da conseqüente maior demanda, os anos de 2013 e 2014 tiveram uma movimentação de recursos bem maior. Foram R\$ 151.285,27 e R\$ 214.012,70 investidos na subvenção, respectivamente. Em 2013, foram 109 extrativistas de borracha beneficiados nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Mocajuba e Senador José Porfírio. Foram adquiridos 94.020 kg de borracha. Já em 2014, a subvenção atendeu 178 extrativistas dos municípios de Belterra, Mocajuba e Santarém. Foram adquiridos 96.735 kg de borracha.

III Módulo do Curso Estadual de Formação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Acre (ENFOC - ACRE). Site da CONTAG, 21/11/2016.

Desde a sua origem, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) tem como um de seus eixos de atuação a elaboração e a luta por propostas que possibilitem a melhoria das condições de vida das populações do campo, das águas e florestas. As lutas históricas têm buscado a valorização do espaço rural como um local privilegiado de transformação e implementação de políticas de inclusão social com profundas repercussões sobre o conjunto da sociedade brasileira. Foi com esse espírito que a CONTAG, ao longo de sua história, empunhou as bandeiras da luta pela reforma agrária, por uma política diferenciada para a agricultura familiar e pelos direitos dos assalariados e assalariadas rurais.

Para contrapor o atual modelo de desenvolvimento agrícola praticado no país, excludente e concentrador de terra e renda, os delegados e delegadas do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 1995, iniciaram o debate e afirmaram a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Já o 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 1998, aprovou os pontos centrais que deveriam nortear a construção e implementação do PADRSS.

O MSTTR entende que o desenvolvimento brasileiro deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas têm que estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero, geração, raça e etnia.

Um dos esforços do movimento sindical do campo em construir um projeto de desenvolvimento é a esperança de uma vida melhor para os sujeitos que vivem no meio rural. Portanto, é fundamental criar políticas públicas e programas voltados para a distribuição de renda. O MSTTR também entende que não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente.

Mapa disponibiliza tecnologia para cultivo de orgânicos. Site do MAPA, 22/11/2016.

São 124 técnicas já testadas que passam a ser compartilhadas com produtores do país

Tecnologias adequadas para cultivar alimentos orgânicos foram reunidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no documento Fichas Agroecológicas: Tecnologias Apropriadas para a Produção Orgânica lançado nesta terça-feira (22). Cinco mil exemplares estão sendo distribuídos a núcleos de agroecologia, universidades e a projetos de extensão com informações de manejo do solo, de preparo de insumos para controle sanitário animal e vegetal, de manejo das plantas espontâneas e de adubação verde, entre outras práticas.

O conteúdo resumido em linguagem simples, de fácil compreensão, segundo Virgínia Lira, chefe de Divisão de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica do ministério, visa “socializar o conhecimento da agroecologia com produtores e técnicos e estimular a construção e a divulgação de novas tecnologias”.

Essas fichas ficarão disponíveis no site do Mapa e também no portal agroecologia.gov.br, a ser lançado, com dados do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Por enquanto, são 124 fichas com diferentes informações, mas a ideia, de acordo com Virginia Lira, é que o material seja permanentemente atualizado. A técnica da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo observou que contribuições de pesquisadores podem ser encaminhadas ao email organicos@agricultura.gov.br.

A produção orgânica vem crescendo no país. Em 2013, havia 6.700 unidades de produção orgânica, hoje são 15.663 . O ministério conta com Comissões de Produção Orgânica (CPORgs) nas unidades da Federação, que coordenam ações de fomento à agricultura orgânica, sugerem adequação das normas de produção e de controle da qualidade, ajudam na fiscalização e propõem políticas públicas para o setor. São formadas por 578 entidades públicas e privadas.

Educadores ambientais se reúnem em Brasília. Waleska Barbosa. Site do MMA, 22/11/2016.

Evento coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente fomenta a discussão de novas estratégias de execução de políticas públicas na área.

Educadores ambientais de todo o Brasil estarão reunidos em Brasília, de hoje (22/11) até o dia 24, para discutir novas estratégias para a implementação de políticas públicas na área. Eles participam do Encontro Nacional das Comissões Nacionais de Educação Ambiental (CIEAS) e da 22ª Reunião do Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Os eventos acontecem no Centro de Convenções Israel Pinheiro, promovidos pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e pela Coordenação-geral de Educação do Ministério da Educação, responsáveis por coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

A expectativa é reunir 90 educadores, entre representantes das áreas de educação ambiental das secretarias estaduais de Meio Ambiente e de Educação, membros dos CIEAS e convidados.

O Comitê Assessor é formado por 13 instituições do governo e da sociedade civil e foi instituído pela Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor na execução de suas atribuições, como uma instância de controle social-ambiental-educacional.

De acordo com a diretora de Educação Ambiental do MMA, Renata Maranhão, a expectativa é de que o Ministério assuma papel de articulador de políticas públicas de educação ambiental, trazendo estados, municípios e a sociedade civil para a execução articulada dessas políticas. “Um ponto importante é discutir, de forma integrada, planos de trabalho e suas estratégias de execução”, afirmou.

Ela lembra da importância de o Ministério firmar parcerias com os estados ouvindo as demandas de cada um e buscando formas de potencializar recursos, em uma atuação coletiva, mesmo que observadas particularidades e especificidades. “Temos acordos de cooperação técnica com eles e alguns já estão dando resultados expressivos”, disse.

Governo discute projeto contra poluentes. Lucas Tolentino. Site do MMA, 22/11/2016.

Proposta em tramitação na Câmara estabelece a eliminação de substâncias altamente perigosa encontrada em equipamentos elétricos.

O país busca alternativas para cortar o uso de poluentes encontrados em transformadores e outros equipamentos elétricos. De autoria do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, enquanto deputado federal, o Projeto de Lei que trata da eliminação das bifenilas policloradas (PCBs) foi discutido nesta terça-feira (22/11) em audiência pública com representantes do governo federal, do Legislativo brasileiro e de entidades representativas.

A audiência pública teve o objetivo de apresentar os prejuízos causados pelo uso da substância e a necessidade de regras de controle. Décadas atrás, antes de serem classificadas como poluentes persistentes, as PCBs eram importadas pelo país para uso como isolante elétrico. “Hoje, o Brasil tem sido ativo e todos os setores estão atentos a essa matéria. Mas ainda há muito o que ser feito”, afirmou a diretora de Qualidade Ambiental na Indústria do MMA, Letícia Reis. “Esse é um item indispensável ao desenvolvimento sustentável.”

ELIMINAÇÃO

O controle desses e outros tipos de poluentes persistentes faz parte de um tratado internacional, a Convenção de Estocolmo, já ratificado em território nacional em 2005. O Projeto de Lei em pauta na audiência pública dá continuidade a esse processo e estabelece a eliminação controlada das PCBs e dos seus resíduos até 2025. Além disso, propõe a descontaminação e o descarte correto de equipamentos que contenham a substância.

Um dos envolvidos com a questão, o setor elétrico participou da audiência pública para mostrar as ações realizadas na agenda. O secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Fábio Lopes Alves, afirmou que o uso da substância está banido desde a publicação de uma portaria de 1981. Segundo ele, no entanto, é preciso definir um método de análise do conteúdo dos equipamentos mais antigos, usados até hoje pelo sistema.

SAIBA MAIS

Também conhecidas como Ascarel, as PCBs foram desenvolvidas para serem usadas em transformadores e capacitores instalados em áreas onde os riscos de incêndio e explosão

devem ser minimizados, isto é, subestações elétricas localizadas no interior de prédios, veículos como trens e navios, ou em locais com trânsito frequente de pessoas.

Na área industrial, as PCBs serviram como estabilizante de diversas formulações de plásticos e borrachas especiais, principalmente PVC e borracha clorada. Também foram empregadas em produtos de limpeza e desinfecção hospitalar como sabonetes cirúrgicos. Foram usadas, ainda, como diluentes para pulverização de pesticidas e para preservação de madeiras como proteção contra cupins.

Alternativa para viabilizar aterros sanitários. Renata Leite. Site do MMA, 22/11/2016.

Sarney Filho afirma que consórcios municipais são a saída para gestores com dificuldades em implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, defendeu nesta terça-feira (22/11), em São Paulo, a realização de consórcios públicos como uma das saídas para a viabilização da implantação dos aterros sanitários nos municípios brasileiros que passam por dificuldades técnicas, administrativas e financeiras para manter e operar a adequada destinação dos resíduos.

"Estamos falando de cerca de 95% dos municípios brasileiros. Para recuperar a capacidade institucional desses municípios, a constituição de consórcios públicos é uma das saídas para ganho de escala e rateio proporcional de despesas, compartilhando não apenas os aterros sanitários, quando possível, mas também equipe técnica e administrativa e até equipamentos", afirmou o ministro. "É extremamente necessário quebrar arestas políticas e agruparmos municípios para a gestão regionalizada dos resíduos sólidos, daí a importância do estado na adoção de medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada", completou.

A afirmação foi feita durante a abertura da feira Waste Expo Brasil 2016 e do Fórum Internacional sobre Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. O evento acontece até o dia 24 de novembro e reúne especialistas na área de meio ambiente, técnicos e empresas nacionais e internacionais que desenvolvem tecnologias para gestão de resíduos sólidos.

COLETA SELETIVA

A importância da participação da sociedade nesse processo também foi defendida por Sarney Filho. "Para atingirmos o objetivo e darmos a adequada destinação aos resíduos, torna-se imprescindível o incentivo à compostagem doméstica, individual e comunitária, assim como à pública e à industrial. É preciso incentivar também a coleta seletiva de materiais recicláveis secos, por meio da organização de cooperativas de catadores oriundos dos lixões a serem encerrados, incluindo-os correta e socioeconomicamente".

Ainda sobre a questão, o ministro destacou a importância da logística reversa. "O Ministério do Meio Ambiente tem feito a interlocução de acordos setoriais para a regulamentação da logística reversa, não apenas dos resíduos perigosos, como os de outra natureza, a exemplo do Acordo Setorial de Embalagens em Geral. Com esse importante instrumento de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o setor deverá se estruturar com um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição desses resíduos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos", ressaltou o ministro.

Por fim, Sarney Filho disse que uma série de medidas se faz necessária dos pontos de vista ambiental, social, econômico, político e cultural. "Da parte do ministério, vamos incentivar para que o país saia imediatamente da condição de disposição final inadequada no tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos para a separação adequada."

Ministro defende fortalecimento do FNMA. Paulenir Constâncio e Letícia Verdi. Site do MMA, 23/11/2016.

Fundo Nacional do Meio Ambiente deverá criar mecanismos para assegurar a efetivação na aplicação dos recursos, diz Sarney Filho.

Na abertura da 72ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), realizada nesta quarta-feira (23/11) em Brasília, o ministro Sarney Filho defendeu a adoção de mecanismos capazes de assegurar a efetividade dos recursos aplicados pelo fundo.

“O FNMA deve ser fortalecido para atender a grande demanda por capacitação, garantindo a adequada execução física e financeira dos projetos”, disse ele. Sarney Filho abriu a reunião ao lado do diretor do Fundo, Jair Vieira Tannus.

Fotos da reunião

Para o ministro, a renovação dos quadros do Conselho Deliberativo, que alterou 13 dos 17 membros do colegiado, dá novo fôlego para “uma guinada rumo a um papel de destaque ainda maior (do FNMA) na política ambiental”. Ele reforçou que a aplicação dos recursos deve priorizar os aspectos social e ambiental.

O ministro salientou a importância das parcerias e do controle social do organismo de fomento a projetos ambientais. “As organizações sociais são parceiras fundamentais do trabalho do FNMA”, afirmou Sarney. Os representantes da sociedade civil atuam na análise, concepção e realização das ações promovidas com recursos do fundo.

Pioneiro no fomento de ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável e preservação dos biomas brasileiros, o fundo completou 27 anos. Em 2010, com a redução dos recursos disponíveis, passou a contar com o apoio financeiro de outros agentes de fomento. O ministro destacou a importância do apoio, especialmente do Fundo Socioambiental da Caixa (FSA). Lembrou, também, as parcerias com o Fundo Clima (FNMC), Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (do Ministério da Justiça) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Floresta (FNDF).

EDITAIS 2017

Na reunião, realizada durante todo o dia, os novos conselheiros do FNMA aprovaram as três propostas de elaboração de editais para 2017:

- Remodelagem da demanda espontânea do FNMA, por meio do lançamento de editais temáticos entre R\$ 100 e R\$ 300 mil. “Serão projetos locais, voltados a pequenos municípios ou instituições sem fins lucrativos que tenham interesse em projetos inovadores e replicáveis”, explica a diretora substituta do Fundo, Miram Jean Miller.
- Proposta de edital de apoio às cadeias produtivas da sociobiodiversidade e fortalecimento da agroecologia na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). A região é uma fronteira agrícola com forte remanescente de Cerrado.

- Apoio a consórcios de resíduos sólidos para ações de coleta seletiva e processamento de resíduos orgânicos. “Serão apoiados projetos modelo para que sejam replicados em outras regiões”, enfatizou Miriam.

Sem Terra inauguram escola e iniciam atividades com Curso Técnico em Agroecologia. Site do MST, 23/11/2016.

Com o apoio e a contribuição de diversas representações públicas da região foi possível iniciar as aulas

A simbologia da resistência e conquista coletiva da terra estiveram presentes na noite desta última segunda-feira (21) durante a inauguração da Escola Estadual Chico Mendes, localizada no Pré Assentamento Vale da Conquista, em Sobradinho, região norte da Bahia.

Crianças, jovens, adultos e idosos estiveram presentes na comemoração desta conquista, onde foi relembrada as diversas lutas realizadas em defesa da educação do campo e da construção da Escola dentro da comunidade. Nesse sentido, inúmeras canções possibilitaram cada trabalhador e trabalhadora Sem Terra a refletirem sobre a importância das lutas populares para o conjunto da classe trabalhadora.

Até então, a Escola disponibilizará o curso Técnico em Agroecologia e Agropecuária, tendo cerca 40 estudantes pré matriculados da própria comunidade, de localidades circunvizinhas e pequenos distritos da região.

O curso implantado foi concebido a partir do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), tendo como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação do trabalho manual versos o intelectual. Assumindo assim, o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

Pensando nisso, Jovanildo de Jesus, da direção estadual do MST, destacou: “só o conhecimento liberta”.

“Temos um contexto histórico de travamento das pautas em torno do fortalecimento e qualificação da educação do campo. Hoje, ocupamos esta escola com nossas foices e facões, iniciando as aulas para pressionar os órgãos competentes à agilizar os processos burocráticos existentes”, afirmou.

Há quase um ano as obras de construção da escola foram finalizadas, porém, a estrutura estava ociosa, sem funcionamento. Foi a partir disso, que o MST articulou junto a Secretaria de Educação do município de Sobradinho e o Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) o início das atividades, tendo em vista, que o número de estudantes pré matriculados estava caindo.

Com o apoio e a contribuição de diversas representações públicas da região, dentre elas, o vereador Tiano Felix (PT), a secretária de educação Dulcilene Kastering e Dinoelma Moura, da coordenação geral CETEP, foi possível iniciar as aulas com um quadro de professores do próprio MST.

Tiano, em sua fala, afirmou que as atividades de construção da escola e a intervenção de instituições governamentais sinalizam que o Estado tem a educação como uma prioridade, mesmo diante da PEC 55, que pretende congelar os gastos da educação e outros serviços sociais em 20 anos.

“Aqui nós temos a certeza que a educação é o pilar do desenvolvimento, pois ao mudar a mente a gente muda o mundo e o MST tem nos ensinado isso”, explicou o vereador.

Já Dinoelma, acredita que a iniciativa é importante pois a educação não é pensar no hoje, mas sim no futuro com o ideal de construir um mundo melhor.

A Escola é a 2º da região a oferecer esse tipo de ensino profissionalizante e pretende atender cerca de 333 famílias que residem no pré assentamento, mais os moradores de comunidades e município vizinhos. As aulas acontecerão de segunda a sexta, das 18:30 às 22 horas, até o recesso de dezembro e retorna as atividades em fevereiro de 2017.

Estados reforçam educação ambiental. Renata Meliga. Site do MMA, 24/11/2016.

Reunidos em Brasília durante três dias, representantes das secretarias de Meio Ambiente discutem políticas públicas para a área.

Novas estratégias para o fomento e o fortalecimento da educação ambiental no Brasil foram discutidas e acordadas durante o Encontro Nacional das Comissões Nacionais de Educação Ambiental (CIEAS) e a 22ª Reunião do Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental, encerrados nesta quinta-feira (24/11), em Brasília.

Durante três dias, 80 representantes das secretarias estaduais de Meio Ambiente e de Educação, de todas as unidades da Federação, compartilharam experiências, dificuldades e vitórias nos estados com a temática educação ambiental nos estados. Segundo a diretora de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Renata Maranhão, o encontro foi uma oportunidade de mobilizar e reanimar algumas comissões que estavam desmobilizadas.

“Foi o momento conversarmos com as secretarias estaduais e definir estratégias de parceria. Atualmente, temos diálogo com 15 secretarias, algumas já tiveram acordos de cooperação que já venceram, outras estão começando esse diálogo, então foi o momento de democratizar isso para todos os estados, apresentar um pouco quais são os cardápios de atividades e ações que a gente pode ofertar e, com isso, percebemos que as iniciativas do MMA podem fortalecer muito as ações dos estados”, explicou a diretora.

Renata destaca que, com o encontro, o número de acordos com o Ministério deve ampliar significativamente. Ela explica que a pasta disponibiliza uma série de iniciativas – e o estado identifica o que tem mais interesse em trabalhar: agricultura familiar, resíduos sólidos, Circuito Tela Verde, mudança do clima, salas verdes, entre outros.

AÇÕES

O analista ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT) Alexandre Soledade encontrou no evento uma oportunidade de compartilhar uma nova postura em relação à educação ambiental adotada em seu estado. Segundo ele, a ideia é trabalhar a educação ambiental com as pessoas que causam, de fato, o impacto. “Em muitos casos, o foco está nos impactados. Em Mato Grosso, estamos trabalhando, por exemplo, com aqueles que fazem grandes licenciamentos. Os representantes dos outros estados gostaram muito da ideia. Aquele que, de fato, faz a degradação precisa ser educado”, disse.

Richard da Costa, chefe da Divisão de Educação Ambiental em Roraima, contou que no último encontro das CIEAS, realizado em 2010, o estado levou bastante “tarefa para casa”. Entre elas, revisar a política e criar um programa e uma rede de educação

ambiental. “Fizemos nossa tarefa e chegamos aqui com a sensação de dever cumprido. Levo o que aprendi com os outros estados: implementação de ações, fortalecimento das CIEAS e, também, um acordo de cooperação técnica que vamos firmar com o MMA”, revelou.

Na reunião das CIEAS também foi discutido o Programa Nacional de Capacitação de Gestores, que será lançado em 2017. De acordo com Renata Maranhão, os estados darão apoio para implementação desses programas, sobretudo nos momentos presenciais.

“O programa será iniciado em março. Vamos contar com a tutoria dos representantes que estão aqui no evento”, adiantou. “O MMA entra de modo complementar nesse processo, ofertando trilhas pedagógicas que a gente já tem para a formação de gestores, e eles complementam com esses momentos presenciais, trazendo as legislações estaduais e as especificidades nos estados”, explicou.

CONSULTA PÚBLICA

A diretora do MMA revela ainda que, além de um momento importante para rediscutir a representação dos membros, atualização e definição mais clara dos procedimentos dentro do comitê, a reunião do Comitê Assessor definiu uma estratégia para a Consulta Pública do Programa Nacional de Educação Ambiental.

“Acreditamos que estamos em um momento bem oportuno para iniciar um processo de consulta. Queremos incorporar a conjuntura atual e as demandas que surgiram no campo da educação ambiental desde a última consulta, realizada em 2005”, informou.

Renata Maranhão adiantou que a consulta deverá ser lançada no primeiro bimestre de 2017 e irá culminar em uma discussão no Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, que ocorrerá em setembro em do ano que vem, em Santa Catarina.

Cuiabá sediará o maior evento de agroecologia do estado. Site da CPT, 25/11/2016

No restante da semana, a Feira Agroecológica de Roças e Quintais oferecerá um mosaico de formas, cores, aromas e sabores, fruto do trabalho da agricultura familiar de todo o estado. Desde o Nortão até a Baixada Cuiabana, mais de 200 mulheres e homens de grupos agroextrativistas, assentados, camponeses, indígenas, quilombolas e outros, compartilharão com os visitantes saberes intensos e sabores deliciosos.

Por outro lado, o Encontro será um momento de debate, reflexão e aprendizado, através de mesas de discussão e oficinas temáticas. Por exemplo, o significado e o futuro da agroecologia, a conjuntura sócio-política nacional, a soberania e segurança alimentar, o feminismo e machismo na sociedade, são alguns dos temas que serão abordados durante os quatro dias do evento. Além do mais, os participantes também poderão presenciar os lançamentos de livros, vídeos e campanhas variados. Para garantir seu lugar, a pessoa interessada não pode esquecer de se inscrever.

Shows, apresentações e outras atividades culturais alegrarão a noite cuiabana ao ritmo de músicas e danças frenéticas.

O Encontro é organizado pelo Grupo de Intercâmbio em Agroecologia – Gias, e será aberto ao público, com entrada franca. Começará esta terça-feira, 29 de novembro, e termina na sexta-feira, 02 de dezembro, no Ginásio Aecim Tocantins, situado na Avenida Agrícola Paes de Barros do bairro Verdão, em Cuiabá.

Ministério discute combate ao desmatamento. Eliana Lucena. Site do MMA, 25/11/2016.

A necessidade de novas ações, além do comando e controle para enfrentar o desmatamento na Amazônia e no Cerrado marcou hoje o seminário Insumos para o Eixo de Instrumentos Econômicos e Normativos dos planos de combate ao desmatamento da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, na sede do IPEA, em Brasília.

O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, defendeu a necessidade de um esforço conjunto para a aplicação de instrumentos econômicos e normativos, além da fiscalização aos desmatamentos ilegais. Ele afirmou que, nos últimos quatro anos, a crise econômica refletiu no aumento anual em torno de 6% dos desmatamentos na Amazônia. Os dados referentes ao período 2015-2016 ainda não foram divulgados oficialmente.

LEGADO AMBIENTAL

O objetivo do seminário foi colher subsídios para a quarta fase do Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAm) e para a terceira dos dois planos, que estão em

elaboração, envolvendo equipes de 11 ministérios. O seminário foi dividido em quatro painéis com a discussão de temas como compras públicas, crédito e concessões florestais.

O diretor-executivo do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), André Guimarães, defendeu urgência na discussão sobre os desmatamentos. “As crises que o país vem enfrentado podem comprometer o legado ambiental que precisamos deixar para as futuras gerações”, alertou. Ele lembrou que o Brasil, um país com dimensão continental, tem grande responsabilidade com o planeta no uso adequado dos recursos naturais.

“Costumo comparar a redução do desmatamento a uma dieta. No começo as ações atingem ótimos resultados, mas em determinado momento ocorre uma estagnação, sendo necessárias medidas criativas e inovadoras”, disse o diretor do Ipam.

NOVAS DIRETRIZES

A diretora de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, informou que os programas contra o desmatamento da Amazônia e do Cerrado se basearam em três eixos nos últimos anos: regulação fundiária; ações de comando e controle e atividades produtivas sustentáveis.

“Houve uma queda acentuada do desmatamento entre 2004 e 2012, mas nos últimos anos o quadro mudou e agora precisaremos de novas diretrizes”, afirmou. A diretora disse que hoje o país já conta com uma radiografia do que ocorre na Amazônia, onde 36% do desmatamento ocorreram em propriedades privadas; 27% em glebas públicas – áreas federais sem destinação; 26% em assentamentos; 2 % em áreas indígenas e 9% em unidades de conservação.

“Agora será necessário o quarto eixo, que envolverá o fortalecimento dos mecanismos econômicos e normativos capazes de reduzir o desmatamento e de sustentar ações rumo ao desenvolvimento de uma matriz produtiva que seja tecnologicamente sofisticada, ambientalmente limpa e economicamente competitiva no mercado nacional e internacional”, defendeu Thelma.

Encontro foi promovido pelo TCU e contou com a presença de outros representantes do governo federal

Brasília – A fim de discutir novos indicadores para o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu, nesta segunda-feira (29), em Brasília (DF), o Fórum internacional: Implementando os ODS – Objetivos para Transformar o Brasil. O secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Vinícius Botelho, participou do encontro e explicou como os ODS podem contribuir para a formulação das políticas sociais.

Os ODS constituem uma agenda global com a finalidade de promover o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a prosperidade econômica em todo o mundo. A meta é melhorar as condições de vida de todas as pessoas do planeta até 2030.

Vinícius Botelho destacou que os ODS são uma oportunidade única para estabelecer uma coordenação entre países e promover o desenvolvimento sustentável em escala mundial, sendo ainda uma oportunidade de aprendizado. “Existe uma coordenação de ações entre diversos países. Essa coordenação ocorre por meio de diferentes políticas que são implementadas. O fato de existirem várias políticas com o mesmo objetivo permite que estudemos quais são mais efetivas na execução desses objetivos”, afirmou.

No encontro, também estavam presentes representantes dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Relações Exteriores; Meio Ambiente e da Secretaria de Governo da Presidência da República, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MDSA – O ministério tem participação ativa nas ações para alcançar os ODS. Comandado pelo IBGE, um comitê foi formado para construir e definir os indicadores, com participação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). “A Sagi tem colaborado nessas discussões para garantir a qualidade e para auxiliar o IBGE na qualidade das informações que são disponibilizadas e balizarão as políticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, explicou Botelho.

AMAZONAS: Conab busca apoio para fortalecer cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Site da CONAB, 25/11/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promove esta semana uma série de reuniões na Região Norte com o objetivo de fortalecer a Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Nesta sexta-feira (25) é a vez de Manaus.

O encontro, que acontece na sede da regional da Conab no Amazonas, tem caráter técnico. Serão apresentados dados da PGPM-Bio e discutidas possíveis parcerias com governos e atores das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, como açaí, andiroba, borracha, castanha do Brasil e cacau.

Participam da reunião representantes de entidades como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IdAM) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Também devem estar presentes representantes de secretaria estadual de agricultura, faculdades, institutos de educação entre outros parceiros.

A PGPM-Bio garante preço mínimo para diversos produtos da sociobiodiversidade em todo o Brasil. Os extrativistas recebem uma subvenção direta quando comprovam a venda da produção por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

No Amazonas, ao longo de 2016 a Conab pagou R\$ 251.372,10 em subvenção para 170 extrativistas de borracha natural cernambi dos municípios de Humaitá, Boca do Acre, Canutama e Pauini. Desde o começo do ano, foram comercializados 88.060 kg da safra 2015/2016 a preços abaixo do mínimo de R\$ 5,42/kg. Também foram contemplados 26 produtores de açaí de Boca do Acre, com subvenções no valor de R\$ 15.084,52 pela venda de 65.198 kg abaixo do mínimo.

Já em relação à andiroba, subvenção de R\$ 2.107,95, referente à venda de 3.055 toneladas, beneficiou sete agricultores familiares de Canutama. Outros dois produtores de cacau da mesma região receberam R\$ 4 mil pela comercialização de 2,5 toneladas do produto.

A PGPM assegura renda às populações que possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Simultaneamente, fomenta a proteção ao meio ambiente.

Conab apresenta resultados de ações da sociobiodiversidade em evento das Nações Unidas. Site da CONAB, 28/11/2016.

Nesta segunda-feira (28), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresentou um balanço das ações de 2016 de incentivo à sociobiodiversidade, durante a 4ª Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Castanha, polpas em geral e frutas como açaí, cupuaçu, caju e cacau são alguns dos produtos que mais receberam apoio da Conab entre 2009 e 2015.

A Conab mostrou dados que comprovam o avanço na compra de produtos extrativos pelo governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entre 2009 e 2015, a participação desses produtos no total de compras do PAA passou de 2,7% para 3,4%, chegando a 41,2 mil toneladas em 2015.

Também foram apresentados avanços no apoio à comercialização de produtos extrativos por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), como o reajuste do preço mínimo da amêndoa de babaçu da safra 16/17 de R\$ 2.49 para R\$ 2.87 o kilo. O governo federal oferece subvenção a 15 produtos do extrativismo.

Os produtores recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal. De janeiro a outubro de 2016, a política subvencionou 3,12 mil toneladas de 9 diferentes produtos, com pagamentos de R\$ 3,68 milhões. Extrativistas de 12 estados e 57 municípios totalizaram 4.500 acessos à política.

MARANHÃO: Feira promove agricultura familiar. Site da CONAB, 29/11/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participa da primeira Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão (Agritec), que começa nesta quinta-feira (01) e vai até sábado (03) no município de Chapadinha distante 246 km da capital, São Luis.

Técnicos da empresa atenderão em estande cedido pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), onde serão distribuídos informativos sobre os programas operacionalizados pela Conab no estado, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

O evento abrangerá pequenos produtores de 17 municípios: Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araioses, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Paulino Neves, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Bernardo, São Benedito, Tutóia e Urbanos Santos.

O objetivo da feira é estimular o desenvolvimento rural, com foco no aumento da renda do agricultor, e o fortalecimento da economia regional com mostras de artesanato, gastronomia regional, apresentações culturais e exposições. Também haverá rodada de negócios e comercialização de produtos da agricultura familiar.

Cadastro Ambiental Rural fica mais transparente. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 30/11/2016.

Sob pressão de ONGs ambientalistas, o Ministério do Meio Ambiente lançou ontem em sua página na internet um sistema que torna público à sociedade dados de propriedades rurais que já têm Cadastro Ambiental Rural (CAR). As ONGs sempre pediram mais transparência nos dados gerados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do MMA que administra o CAR, espécie de mapa ambiental das propriedades previsto no mais recente Código Florestal, de 2013.

Chamado de módulo de consulta pública ao Sistema Nacional do CAR (Sicar), a ferramenta entrou no ar na manhã de ontem e será atualizada a cada 30 dias com uso de imagens de satélite, por meio das quais será possível a qualquer pessoa ter acesso às áreas rurais que estão ou não respeitando áreas de preservação ambiental.

O sistema já tem 406,3 milhões de hectares cadastrados, que envolvem 3,2 milhões de imóveis rurais - 99% das propriedades passíveis de cadastramento no país. Uma lei sancionada em setembro prorrogou para dezembro de 2017 o prazo final de inscrição no CAR. O limite inicial era maio deste ano.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará, agora será possível saber se dentro de uma fazenda há área de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente (APP), além de áreas consolidadas e nascentes de rios - e, também, se o proprietário está respeitando os limites legais previstos em lei.

As únicas informações vedadas por lei se referem a dados pessoais do produtor rural, como CPF, e os nomes dos proprietários e das fazendas. Esses dados são protegidos por lei e não podem ser divulgados.

"É claro que agora vão aparecer problemas, como áreas sobrepostas a reservas indígenas e questões fundiárias. Mas não queremos fazer nenhuma caça às bruxas", afirmou Deusdará ao Valor. "Essa é a fase do 'pós-CAR', de mais controle, seja por parte do agronegócio, seja pela sociedade civil organizada". Conforme dados do SFB, o sistema recebeu 2,7 mil acessos em suas primeiras duas horas de funcionamento.

Outra novidade anunciada se refere ao maior acesso dos Estados a esses dados do CAR. Eles poderão acessar qualquer informação relacionada às propriedades cadastradas - neste caso até mesmo a informações pessoais.

Deusdará afirma, ainda, que 51% dos proprietários rurais já cadastrados no CAR informaram ao SFB ter algum tipo de passivo ambiental e manifestaram interesse de regularizar as pendências.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

